

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL METALÚRGICA DE VOLTA REDONDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA AMBIENTAL

LUCAS MESQUITA FERNANDES

PERFIL DE PRATICANTES DE TRILHAS E A RELAÇÃO COM O CONSUMO
CONSCIENTE E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

VOLTA REDONDA

2022

LUCAS MESQUITA FERNANDES

PERFIL DE PRATICANTES DE TRILHAS E A RELAÇÃO COM O CONSUMO
CONSCIENTE E AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental
da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Tecnologia Ambiental

Orientadora: Profa. D.Sc. Ana Paula Martinazzo
Co-Orientadora: Profa. D.Sc. Angelita Pereira Batista

Volta Redonda, RJ

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BEM
Gerada com informações fornecidas pelo autor

F363p Fernandes, Lucas Mesquita
 Perfil de praticantes de trilhas e a relação com o consumo
 consciente e ações sustentáveis / Lucas Mesquita Fernandes. -
 2022.
 81 f.

 Orientador: Ana Paula Martinazzo.
 Coorientador: Angelita Pereira Batista.
 Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
 Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta
 Redonda, Volta Redonda, 2022.

 1. Trilhas. 2. Ação sustentável. 3. Consumo Consciente.
 4. Praticante de Trilhas. 5. Produção intelectual. I.
 Martinazzo, Ana Paula, orientadora. II. Batista, Angelita
 Pereira, coorientadora. III. Universidade Federal Fluminense.
 Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta
 Redonda. IV. Título.

CDD - XXX

LUCAS MESQUITA FERNANDES

**PERFIL DE PRATICANTES DE TRILHAS E A RELAÇÃO COM O CONSUMO
CONSCIENTE E AÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de
PósGr aduação em Tecnologia Ambiental da
Universidade Federal Fluminense, como
requisit o parcial à obtenção do título de
Mestre em Tecnologia Ambiental

Aprovada em 19 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Ana Paula Martinazzo

Profa. Dra. Ana Paula Martinazzo
Orientador

W. Kiffer

Prof. Dr. Wellington Kiffer de Freitas - UFF

Luiz Carlos Corrêa Filho

Dr. Luiz Carlos Corrêa Filho - EMBRAPA

Volta Redonda
2022

Este trabalho é dedicado ao completo desejo da mudança de vida através da
educação

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecer a Deus. Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas e este trabalho é mais um motivo de honrar a Ele pelo sustento e por me permitir mais uma conquista.

Agradecer a minha mãe, pois minha chegada até aqui é fruto de seus esforços, orações e dedicação a mim. Dona Marlene, seu filho agora é mestre e grato eternamente por todo seu apoio em cada etapa da minha vida.

Agradecer minha orientadora Ana Paula Martinazzo pela paciência e disponibilidade em estar comigo nessa corrida que foi o mestrado. Não há palavras suficiente para agradecer seu esforço comigo para chegarmos ao final, principalmente nos últimos dias na semana derradeira.

Agradecer minha coorientadora Angelita, que aceitou a missão de trabalharmos juntos mais uma vez após a graduação. Sua riqueza de conhecimento e direções certas foram essenciais para concluirmos esse trabalho.

Agradecer aos meus amigos, de perto ou de longe, do trabalho, da igreja que acreditaram e torceram por esse momento tão importante na minha carreira. Cada torcida foi essencial e será sempre agradecida. Principalmente ao Leonardo Breves e a Isadora Breves, pelo apoio e pela felicidade em dividir essa etapa na minha vida, principalmente em ouvirem as reclamações da vida acadêmica (risos).

Agradecer à Universidade Federal Fluminense, que com muito orgulho carregou seu nome para minha história, pela segunda vez.

Agradeço aos guias e praticantes de trilhas, essenciais para esse trabalho acontecer. Meu muito obrigado em especial ao guia de montanha Sérgio Pêgas Júnior.

RESUMO

As evoluções da indústria, levando a um aumento de produção de produtos, alteraram as relações do homem com o meio natural, estimulando um consumo exacerbado, gerando assim, impactos na demanda de recursos naturais disponíveis. Em contrapartida, observou-se o aumento do número de pessoas interessadas em construir ou retomar o contato com a natureza, através de práticas de atividades em meio natural, como a realização de trilhas. Neste contexto, esse trabalho relacionou o perfil dos praticantes de trilhas, suas percepções ambientais, e seus comportamentos de consumo devido à retomada desse contato com a natureza. Os resultados apontaram um avanço no número de praticante de trilhas nos últimos 5 anos, sendo uma maior participação das atividades de respondentes do sexo feminino, com idade entre 22 e 32 anos, concentrando-se a maior parte nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, possuindo nível superior em graduação ou pós-graduação. Aponta-se que estatisticamente a prática de trilhas e a escolaridade não apresentam associação com a execução de ações sustentáveis e que o consumo consciente é afetado pela renda e pelo pensamento geracional. Observou-se também que os principais motivos para práticas de trilhas estão ligados com saúde mental e lazer e que a prática de trilhas aguça a percepção ambiental para o problemas de meio ambiente das regiões de vivência dos respondentes.

Palavras-chave: Hiking. Sustentabilidade. Trekking. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The evolutions of the industry, leading to an increase in the production of products, altered the relationship of man with the natural environment, stimulating an exacerbated consumption, thus generating impacts on the demand for available natural resources. On the other hand, there was an increase in the number of people interested in building or resuming contact with nature, through practices of activities in natural surroundings, such as trails. In this context, this work related the profile of trail practitioners, their environmental perceptions, and their consumption behaviors due to the resumption of this contact with nature. The results showed an advance in the number of trail practitioners in the last 5 years, with a greater participation of female respondents, aged between 22 and 32 years, concentrated mostly in the South and Southeast regions of Brazil, having an undergraduate or postgraduate degree. It is pointed out that statistically the practice of trails and schooling are not associated with the execution of sustainable actions and that conscious consumption is affected by income and generational thinking. It was also observed that the main reasons for practicing trails are linked to mental health and leisure and that the practice of trails sharpens the environmental perception of the environmental problems of the regions where the respondents live.

Keywords: Hiking. Sustainability. Trekking. Environment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Classificação de trilhas quanto à forma, p. 28
- Figura 2 – Variação da associação entre as variáveis pelo Coeficiente C*, p. 37
- Figura 3 – Número de praticantes de trilhas por tipo de atividade, p. 42
- Figura 4 – Tempo de prática de trilhas dos participantes em anos, p. 43
- Figura 5 – Tempo de prática de trilhas e o tipo de trilha, p. 44
- Figura 6 – Frequência de realização da prática de trilhas pelos respondentes, p. 45
- Figura 7 – Tendência de realização das ações associadas ao sexo dos respondentes, p. 52
- Figura 8 – Frequência de sempre realizar ações ambientais em relação ao local de residência dos respondentes, p. 54
- Figura 9 – Relação do descarte de resíduos orgânicos como adubo na natureza com grau de escolaridade, p. 57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação de trilhas, p.28

Tabela 2 – Critérios para classificação de percursos conforme ABNT NBR 15505-2, p.29

Tabela 3 – Características socioeconômica dos participantes, p. 38

Tabela 4 – Grupo de profissões dos respondentes, p. 40

Tabela 5 – Características dos municípios de residência dos participantes da pesquisa, p. 41

Tabela 6 – Divisão dos participantes de acordo com o tipo de trilha em relação à extensão em quilômetros, p. 42

Tabela 7 – Alimentos levados pelos participantes para prática das trilhas, p. 45

Tabela 8 – Classificação do nível de relevância da motivação para a prática de trilhas por percentual dos participantes, p. 46

Tabela 9 – Frequência de ações sustentáveis declaradas como sempre, realizadas pelos participantes praticantes de trilhas, p. 49

Tabela 10 – Associação entre a frequência de ações sustentáveis realizadas após o início das atividades em trilhas e o sexo dos respondentes, p.51

Tabela 11 – Associação entre a frequência de ações sustentáveis realizadas após o início das atividades em trilhas e a região de residência dos respondentes, p.53

Tabela 12 – Conhecimento de problemas de cunho ambiental na cidade de residência dos participantes, p. 55

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	p. 12
2	<u>OBJETIVOS</u>	p. 14
2.1	OBJETIVO GERAL	p. 14
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	p. 14
3	<u>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</u>	p. 15
3.1	PERCEPÇÃO AMBIENTAL	p.15
3.1.1	Perspectivas dos estudos sobre percepção	p. 15
3.1.2	O processo de percepção ambiental	p. 16
3.1.3	Percepção ambiental e educação ambiental	p. 17
3.1.4	A percepção ambiental ao longo da história	p. 18
3.2	RELAÇÕES DE CONSUMO	p. 19
3.2.1	Perfil de consumo excessivo	p. 19
3.2.2	Perfil de consumo consciente	p. 22
3.3	TRILHAS	p. 24
3.3.1	Trekking e Hiking	p. 25
3.3.2	Classificação das trilhas	p. 27
4	<u>MATERIAIS E MÉTODOS</u>	p. 31
4.1	CONCEPÇÃO DA PESQUISA	p. 31
4.2	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	p.31
4.3	LOCAL, AMOSTRA DA PESQUISA E APLICAÇÃO	p. 32
4.4	ANÁLISE DOS DADOS	p. 33
4.4.1	Tratamento dos dados	p. 33
4.4.2	Análise estatística	p. 34
5	<u>RESULTADOS E DISCUSSÕES</u>	p. 38
5.1	PERFIL DOS PARTICIPANTES	p. 38
5.2	PERFIL DE PRÁTICA DAS ATIVIDADES	p. 42
5.3	PERCEPÇÃO AMBIENTAL E CONSUMO	p.49
6	<u>CONCLUSÃO</u>	p.59
7	<u>REFERÊNCIAS</u>	p. 60
	<u>APÊNDICE 1</u>	p.72
	<u>APÊNDICE 2</u>	p.79

1 INTRODUÇÃO

Os vínculos do ser humano com a natureza são questões amplamente discutidas, idealizando-se que haja uma busca frequente pelo equilíbrio. Estas relações de equilíbrio evidenciam a necessidade de o homem conhecer, perceber e cuidar do meio ambiente do qual faz parte, o que, conforme Fernandes et al. (2004), caracteriza as etapas de construção de uma percepção ambiental.

Os processos de geração da percepção ambiental são obtidos através de noções de educação ambiental, e, segundo Effting (2007), cria valores para o ser humano tanto como indivíduo, como sociedade, levando a ações para manutenção do meio ambiente e instaurando acordos consensuais de uso entre o homem e a natureza.

Quando a percepção ambiental não é desenvolvida, dificulta-se a noção da ruptura da relação de equilíbrio entre o ser humano e a natureza, gerando consequências como a alteração do padrão de consumo, em direção ao consumismo. Ao longo das Revoluções Industriais, do século XIX até o XXI, as transformações produtivas e sociais incentivaram cada vez mais o consumo, culminando no até hiperconsumo. Para atendimento desse, demanda-se matéria-prima, energia e local para disposição de rejeitos. O somatório de todos estes fatores resulta, portanto, em problemas ecológicos que remetem à necessidade de um protecionismo ambiental, visando à sobrevivência das próximas gerações (PEREIRA e HORN, 2009).

Conforme Eisenlohr et al. (2013), existe uma necessidade de quebra da barreira cultural entre o homem e a natureza, buscando-se sanar a relação desarmoniosa entre esses. Uma das maneiras para que ocorra esta reaproximação seria através de atividades ligadas ao ecoturismo. O Ecoturismo, segundo Druumm e Moore (2002), caracteriza-se por atividades que viabilizem a visitação do ser humano em áreas naturais, buscando-se desfrutar e apreciar os benefícios ecossistêmicos, promovendo conservação, sob um baixo nível de degradação ambiental. Além do estímulo para uma interação harmoniosa entre homem e ambiente natural, a prática também pode promover um envolvimento socioeconômico das populações próximas aos locais disponíveis para essas atividades, beneficiando tanto o meio natural quanto o ser humano.

Uma das alternativas de Ecoturismo encontra-se na prática de trilhas. Essas são definidas por Eisenlohr (2013) como locais previamente delimitados ou caminhos por florestas, utilizadas para caminhadas ou atividades semelhantes, em grupo ou desacompanhado, utilizando-se ou não guias.

Além desses espaços tornarem-se um convite para um maior estreitamento da relação do homem com a natureza, contribuindo para a criação de vínculos protecionistas entre esses agentes, podem também refletir parte dos processos evolutivos socioculturais. O homem que

antes utilizava as trilhas para a busca de alimentos ou abrigo, agora passa a utilizá-las como uma alternativa de fuga dos centros urbanos e retomada do contato com o meio natural (EISENLOHR, 2013).

Essas atividades, desenvolvidas pelas práticas de Ecoturismo através de trilhas, são possibilitadas pelas interações dos ecossistemas envolvidos na composição dos locais de práticas dessas atividades. Fornecem funções ecossistêmicas, sendo de extrema importância para o bem-estar humano e para as atividades econômicas desenvolvidas (MMA, 2020).

De acordo com Kosmus et al. (2018), o contato com as paisagens naturais e a convivência em áreas verdes influenciam na saúde física e mental, além de oferecer oportunidade de recreação, formação de identidade cultural e senso de pertencimento aos indivíduos.

Diante disso, o presente trabalho traçou o perfil de praticantes de trilhas, buscando identificar se o envolvimento nessas atividades se reflete em ações de consumo consciente e sustentável durante o cotidiano fora das trilhas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Delinear o perfil dos praticantes de trilhas – *hiking* e *trekking*, relacionando esta prática com ações sustentáveis e de consumo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar o perfil de praticantes de trilhas e as motivações para as práticas das atividades;
- b) Identificar as principais práticas de ações sustentáveis mediante o contato com o meio natural através das trilhas;
- c) Identificar os impactos gerados pela prática de trilhas em ações de consumo.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

3.1.1 Perspectivas dos estudos sobre percepção

O termo percepção é derivado do latim *perceptio.ōnis*, o qual conforme as definições de dicionários da língua portuguesa, pode ser definido como a ação ou efeito de perceber, de compreender o sentido de algo através das sensações, ou inteligência, juízo consciencioso sobre algo, avaliação sobre coisas ou seres, entre outras definições (PERCEPÇÃO, 2021).

De acordo com Marin (2008), a amplitude de significados nas definições do termo percepção representa a complexidade que a ação por si só traz. A percepção ambiental permeia dimensões objetivas e subjetivas de cada indivíduo. Perceber o ambiente que rodeia o ser humano pode ser visto como reflexo da compreensão pelo indivíduo do mundo como um todo, das relações que estabelece com demais agentes e como um reflexo da educação recebida (RUPPENTHAL, DICKMANN e BERTICELLI, 2018).

Os estudos de percepção humana, de acordo com Rodrigues et al. (2012), iniciaram-se em 1879, através de Wilhelm Wundt (1832-1920), o qual ficou conhecido como pai da psicologia experimental, onde em Leipzig – Alemanha, fundou o primeiro laboratório experimental focado em estudos dentro da temática das percepções.

Em meados dos anos 60, as análises relacionadas às questões de percepção passaram a ser discutidas na área ambiental, uma vez que estas discussões, em períodos anteriores, apresentavam investigações dispersas sobre as relações do homem com ambiente que estava inserido (MARIN, 2008).

Alguns autores se destacaram por seus estudos e abordagens teóricas sobre esse tipo de percepção como Kevin Lynch, Hugh Price, Willian Kirk, Lukermann, entre outros. Kevin Lynch estudou a percepção ambiental como fator de equilíbrio da relação entre o homem e o meio ambiente. Hugo Prince foi autor de uma corrente que estudou a formação do conhecimento responsável pela construção da percepção ambiental, enquanto Willian Kirk apresentou uma abordagem que busca unir a visão subjetiva com a objetiva na ciência geográfica. E Lukermann, enfatizou o contexto cultural e histórico do homem nos estudos dos lugares (RODRIGUES et al., 2012).

No Brasil, os estudos relacionados à temática da percepção ambiental iniciaram-se após a década de 70, em concordância com o que estava ocorrendo em nível internacional, reforçando a importância das discussões. Anne White, do ano de 1977, autora de *Guidelines*

for fields studies in environmental perception, tornou-se referência nos primeiros estudos desenvolvidos no país, nas décadas de setenta e oitenta. Os trabalhos da pesquisadora brasileira Livia de Oliveira apresentavam reflexões desenvolvidas e publicadas por autores como Kevin Lynch, anteriormente citado (OLIVEIRA, 2001).

No período referenciado da década de 70, outro estopim para a disseminação de pesquisas sobre a temática deve-se à constituição do grupo *Man and Biosphere* – 13 (MAB) na UNESCO, que é percebido como um resultado da “Conferência sobre a Biosfera” realizada em Paris, em setembro de 1968. O grupo tinha como foco as discussões a respeito do Meio Ambiente, buscando identificar relações entre população e o meio ambiente em diversas cidades no mundo, em 40 países, estando entre elas Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (UNESCO, 2020).

Ainda em nível nacional, a primeira dissertação a respeito da temática da percepção ambiental foi apresentada em 1982, por Lineu Bley na Universidade Federal do Paraná (UFPR), seguido por outros trabalhos desenvolvidos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Rio Claro, e posteriormente em outras (DEL RIO e OLIVEIRA, 1999).

Apesar de evidenciar-se um aumento nas discussões sobre o tema ao longo dos anos, inclusive havendo a criação do Núcleo de Estudo em Percepção Ambiental – NEPA, no ano de 2002, pelo curso de Engenharia de Produção Civil da Faculdade Brasileira (RODRIGUES et al, 2012), devido à multidisciplinariedade envolvida nas pesquisas e estudos sobre o conceito de percepção ambiental, dificulta-se haver uma convergência de todas as dimensões das variáveis ambientais e os efeitos no meio ambiente de ações diretas ou indiretas do ser humano (FERNANDES et al., 2004; ALBURQUEQUE, 2007).

3.1.2 O processo de percepção ambiental

Para uma melhor compreensão do processo de percepção ambiental, é necessário conceituar meio ambiente. Cada indivíduo, a princípio, pode ter um conceito próprio, baseado em interesses e crenças individuais, sejam elas científicas, políticas, profissionais, filosóficas, entre outras. Dessa maneira, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 3º, o meio ambiente foi definido como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

As percepções ambientais, tanto individuais ou coletivas, são construídas através de processos cognitivos, julgamentos e até mesmo pelas expectativas geradas por cada pessoa a respeito da temática. Além de ser um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a maneira

como as pessoas observam e se relacionam com o meio ambiente permite utilizar a percepção ambiental do indivíduo como um padrão para criação de indicadores, que permeiam assuntos como qualidade de vida, poluição, responsabilidade com os recursos naturais, entre diversos outros assuntos (ALBUQUERQUE, 2007; CARLSEN e BRUGGEMANN, 2018).

Sendo assim, conforme Fernandes et al. (2004), cada indivíduo percebe, reage e até mesmo responde diferentemente às ações ao meio ambiente, é necessário compreender a percepção ambiental individual para poder analisar as inter-relações do homem com a natureza, quais expectativas, o que o satisfaz ou o torna insatisfeito. Além disso, este mecanismo é considerado fundamental para compreensão das ligações cognitivas e afetivas dos seres humanos com o meio ambiente, uma vez que as escolhas, ações e condutas do homem possuem força para alterações de grandes dimensões (MACHADO, 1995).

Rodrigues et al. (2012) corroboram com as informações supracitadas, ao afirmarem que a percepção ambiental estimula a conscientização dos sujeitos em relação às realidades ambientais, sendo importante, novamente, ressaltar que como cada indivíduo possui uma visão própria, a qual foi constituída por cultura, educação e temperamento, as percepções são diversificadas, permitindo o compartilhamento do meio ambiente de modo pacífico, pois, de acordo com os autores, se todos compartilhassem das mesmas percepções, a competição pelos recursos tornaria a vida em sociedade inatingível.

3.1.3 Percepção ambiental e educação ambiental

É importante salientar que, de acordo com Brandalise et al. (2009) e Albuquerque (2007), a percepção ambiental é decorrente também da educação ambiental que os agentes receberam. Neste sentido, é um instrumento disponível para compreender, apreciar, lidar e manter os sistemas ambientais, constituir consciência sobre as questões desses sistemas, em prol de valores que conduzam a convivência harmoniosa com o ambiente e as espécies que o compõem. A educação ambiental também contribui para que o indivíduo possa constituir possíveis soluções para os problemas causados pelas atividades humanas, formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Entre os objetivos ambientais da educação ambiental, conforme a Carta de Belgrado (1975) estão: conscientização, conhecimento, comportamento, competência, capacidade de avaliação e participação. A educação ambiental não resolverá todos os problemas socioambientais por ela mesmo, contudo, exerce um importante papel para formação de cidadãos conscientes da problemática global, propondo um relacionamento com a natureza baseado na ética e na justiça (NAVES e BERNARDES, 2014).

Além da educação ambiental, de acordo com Krzysczak (2016) a percepção ambiental poderá se adaptar e se transformar continuamente conforme o meio que a cerca, pois cada vez que o indivíduo vivenciar e relacionar novas experiências, ele terá motivações pessoais, emoções, valores, objetivos, interesses e expectativas alteradas em relação ao meio ambiente.

Dessa maneira, as pesquisas que envolvam percepção ambiental, não devem colocar o foco apenas em como os indivíduos participantes observam os problemas ambientais, pois esse caminho pode acabar por apresentar respostas descontextualizadas, aprendidas através da repetição de conceitos ultrapassados, ao invés de apresentar respostas derivadas de vivências e experiências perceptivas próprias daquele agente (GODCKE, NAIME e FIGUEIREDO, 2012).

Assim sendo, os estudos sobre percepção ambiental devem se ocupar de obter respostas que sejam encontradas através das experiências de relacionamento com a natureza, para que possa haver uma ancoragem numa postura que gere comprometimento dos indivíduos com o meio ambiente, formando laços afetivos positivos para com o meio, modificando os valores atribuídos por cada pessoa (MARIN, 2008; KRZYSCZAK, 2016).

3.1.4 A percepção ambiental ao longo da história

As conexões do homem com a natureza e a maneira como ele percebe o meio ambiente podem refletir também problemas relacionados a questões socioambientais. Uma vez que o modo de produção se torna cada vez mais insustentável, onde visa-se o lucro econômico sem a preocupação com as consequências, entender as transformações da percepção do homem ao longo da história em relação à natureza é necessário para entender as alterações de comportamento (ALBUQUERQUE, 2007; NAVES e BERNARDES, 2014).

Há cerca de 195 mil anos, no período pré-histórico o homem não enxergava a si mesmo como um ser separado da natureza, visualizando-a como uma mãe. Nessa relação, consumia-se apenas o necessário, vivendo-se basicamente de recursos renováveis, como frutas e caças em escalas irrisórias. Sob o nomadismo, permaneciam em uma área até o esgotamento de recursos disponíveis, gerando pouco ou nenhum efeito sobre o funcionamento dos ecossistemas (ALBUQUERQUE, 2007).

Na Grécia Antiga a relação do homem com a natureza ainda não era de dominação, existem aqueles que acreditam totalmente na intervenção dos deuses nos movimentos naturais, mas surgem também aqueles que buscam entender os mistérios do meio natural de outra maneira. Essa mudança deve-se principalmente pelo surgimento dos primeiros filósofos, que procuravam a explicação para o que é a *physis*, que é traduzida como natureza. Já no Império Romano, começam aparecer os primeiros sinais de maiores intervenções do homem na

natureza, como primeiras sistemas de esgoto, aquedutos e até mesmo reciclagem de vidro (ALBUQUERQUE, 2007; FEITOSA, 2021).

Na idade média, o homem passa a explicar os fenômenos naturais através da fé e dos mitos, buscando compreender o espaço através da atribuição de valores humanos e surreais para os fenômenos naturais. Nesse período ainda não ocorre o rompimento da relação umbilical entre o homem e a natureza, mas inicia-se um pensamento de que a mesma e os processos relacionados a ela são dádivas fornecidas pelas divindades e sua dominação é autorizada pela crença religiosa do indivíduo como um ser a imagem e semelhança do divino (NAVES e BERNARDES, 2014).

Na idade moderna, buscou-se a ideia da experimentação científica, estimulando no homem a expectativa de capacidade de controle e domínio técnico da natureza. Nesse período iniciou-se o rompimento com a estrutura do pensamento místico, buscando-se explicações através da lógica racional e material. O homem tornou-se o centro do mundo, por ser capaz de raciocinar, o que o direcionou para o rompimento com a natureza. Passou a enxergá-la não mais como uma natureza orgânica e viva, mas como algo mecânico, controlável e utilizável. A partir da segunda metade do século XVIII, sob as Revoluções Industriais, intensificou-se o processo de produção em massa, geração de lucros e acúmulos de capitais, fazendo com o que homem ignorasse a capacidade de resiliência da natureza (ALBUQUERQUE, 2007; MONTIBELLER FILHO, 2008; NAVES e BERNARDES, 2014).

A partir da idade Contemporânea, iniciada com a Revolução Francesa, o homem passou a não se ver mais como parte da natureza, criando-se a ideia de que a natureza intocada seria um entrave ao desenvolvimento econômico, e que a preservação do meio natural seria algo fora de contexto, evidenciando-se, assim, a nova relação do homem moderno *versus* natureza. Nessa nova relação o consumo passou a ser caracterizado por crises socioambientais devido à exploração dos recursos naturais, tornando-se impossível a sua recuperação na escala de tempo humana (NAVES e BERNARDES, 2014).

3.2 RELAÇÕES DE CONSUMO

3.2.1 Perfil de consumo excessivo

Desde as primeiras aplicações da agricultura, cerca de 10 mil anos atrás, as relações do homem com a natureza sofreram diversas modificações, que resultaram nos primeiros impactos no ecossistema. Entretanto, as modificações mais severas se deram a partir da Primeira Revolução Industrial, que caracterizaram o meio ambiente como uma fonte de busca de ganhos socioeconômicos em detrimento da preservação da natureza, dando um salto na

capacidade humana de intervenção na natureza (ROMEIRO, 2001; DIAS, 2009).

Segundo Romeiro (2001), as modificações na natureza devido à Primeira Revolução Industrial, que permanecem até os dias atuais, intensificaram o uso dos recursos naturais, finitos na natureza. Nesse sentido, é necessária a adoção de uma cultura de preservação de recursos naturais, uma vez que a sociedade de consumo atual se caracteriza por um padrão de consumo insustentável, tanto do ponto de vista ecológico, quanto do material e energético (ALBUQUERQUE, 2007).

A palavra consumo, derivada do latim *consumere*, que significa gastar, despender, utilizar completamente, enfraquecer, reflete, portanto, as consequências da degradação do meio ambiente, tais como a exaustão dos recursos naturais (MERENGUE, 2012).

A formação da cultura do consumo ocorre entre 1880 e 1950, período da produção em larga escala, aplicações de *marketing* e construção do consumidor moderno. A consolidação do consumismo vai de 1950 até meados de 1990, onde ocorrem a revolução comercial e o início da adoção de novas estratégias do *marketing* de segmentação. E, atualmente, caracterizando o estilo de vida da sociedade, tem-se o hiperconsumo, onde necessidades que precisam ser satisfeitas a todo momento são criadas (DIAS, 2009).

Apesar de o consumo caracterizar-se ainda como um objeto de estudo relativamente novo dentro das áreas das Ciências Sociais, a sua relevância recai sobre a possibilidade de caracterização da sociedade atual. Conforme apontando anteriormente, a sociedade atua na criação de “necessidades” que estimulem diferentes tipos de consumo, levando a dispêndios financeiros crescentes, em busca das vantagens propagadas pelos meios midiáticos. Assim, cria-se o ciclo sem fim de consumo e descarte, repetidamente e cada vez mais em maiores quantidades (GODCKE, NAIME e FIGUEIREDO, 2012).

A visão antropocêntrica a respeito do uso dos recursos naturais torna-se a grande responsável pelo comportamento de consumo praticado pelo ser humano. De acordo com Godcke, Naime e Figueiredo (2012), as origens da sociedade com enfoque no consumo remontam aos movimentos comerciais que ocorreram na Europa a partir do século XV, e culminaram na Primeira Revolução Industrial, no século XVIII. Já no século XX, Kremer (2007) percebeu que a sociedade do consumo se fortificou em três momentos: o primeiro, na Europa e Estados Unidos, por volta de 1950 e 1974, quando o crescimento econômico viabilizou tempos de lazer, levando conseqüentemente à aquisição de bens; o segundo momento, entre 1960 e 1980, quando as políticas neoliberais buscaram proteger as escolhas individuais contra as críticas sobre o consumismo; e o terceiro, a partir da década de 1990, em função da globalização que promoveu uma maior troca de relações entre culturas, alterando as

culturas nativas.

Nesse sentido, uma vez que o modelo de desenvolvimento econômico atual é pautado no aumento da riqueza em detrimento de bens naturais, a biodiversidade biológica tende a ser levada à extinção, fazendo com que o problema atual se concentre não no crescimento populacional, mas sim na utilização excessiva de recursos naturais para atendimento ao consumo excessivo do número atual de habitantes (TELES, 2015).

Ao analisar a sociedade contemporânea, são observadas diversas influências manipuladoras para um consumo excessivo, ou simplesmente consumismo. Uma vez que o atual modelo de desenvolvimento econômico é pautado no consumo sob qualquer circunstância, criam-se demandas de bens e serviços sem uma crítica sobre como os resíduos e rejeitos desse consumo serão dispostos. Dessa maneira, as consequências tornam-se desastrosas para o meio ambiente, e para a própria sociedade, enfraquecendo-se cada vez mais a promoção de um meio ambiente equilibrado para futuras gerações (TADEU, BREYER e SOARES, 2016; BRITO SILVA, BRITO SILVA e COSTA, 2018).

Outro agravante é a associações do poder de consumo e o bem-estar social, ou seja, que quanto maior a possibilidade de aquisições, maior será a qualidade de vida, maior a expectativa de conforto, criando assim maior valoração para produtos supérfluos do que os de fatos necessários para sobrevivência humana. Além disso, relacionando que o aumento constante da população mundial torna-se mais um fator relevante no desequilíbrio na harmonia entre o que é oferecido pela natureza e o que é consumido pelo ser humano, agravando ainda mais a crise naquilo que está disponível e por quanto tempo ainda poderá estar (TADEU, BREYER e SOARES, 2016; ZANIRATO e ROTONDARO, 2016).

De acordo com Brandalise (2009), para que haja um entendimento sobre como o modo de agir do ser humano, no atual cenário, influenciará o futuro da natureza e do planeta, é necessário que haja uma conscientização. O autor sugere que através da união da conscientização e da percepção ambiental, conseqüentemente, haverá mudança nas atitudes e comportamento, impactando no uso dos recursos naturais através de mudanças de hábitos do cotidiano.

Dessa maneira, para que haja um desenvolvimento sustentável que atenda aos padrões de consumo atuais, sem prejudicar as gerações futuras, é necessário que haja três fatores: a equidade social, o crescimento econômico e a preservação ecológica. Além disso, é necessário que haja um novo perfil de consumidor que passe a ponderar os impactos positivos e negativos das suas aquisições: o consumidor consciente. Uma vez que o consumidor é um dos eixos principais para efetivação de um consumo sustentável, suas ações e escolhas podem contribuir

para conduzir a sociedade, influenciando inclusive outras instituições (SILVA et al., 2012a; FERNANDES, 2012).

3.2.2 Perfil de consumo consciente

É imprescindível que consumo ou ato de consumir esteja relacionado com condição de sobrevivência humana e seja indispensável para a mesma, uma vez que é possível até mesmo viver sem produzir, porém, é impossível sobreviver sem haver algum momento de consumo. Contudo, o conceito da palavra por si só, acaba por ampliar em diversas relações entre o consumo, cultura e sociedade, cabendo assim diversas perspectivas entre diversas áreas de estudos (PINTO e BATINGA, 2016).

De acordo com Pinto e Batinga (2016), o consumo pode ser elusivo e ambíguo. O consumo é elusivo, pois ainda que seja um requisito para a sobrevivência de qualquer sociedade humana, ele só passa a ser evidenciado quando é considerado supérfluo ou por apresentar ostentação. E o consumo é ambíguo, pois ao mesmo tempo em que é entendido como uso, manipulação ou experiência de algo, é interpretado também como exaustão e esgotamento.

A preocupação com os resultados dos estilos de vida adotados, juntamente com o ambientalismo público da década de 1970 e a ambientalização do setor empresarial, da década de 1980, elucidam as bases para o surgimento do “consumo verde”. Coloca-se no consumidor a importância de se observar aspectos ambientais em atos de consumo. Essa postura leva os consumidores a buscarem um maior grau de informação. Passam a desejar não apenas vantagens técnicas, *status* ou preço, mas um elemento ético, que dê ao consumidor, ao adquirir o produto ou serviço, uma sensação de consumo com viés social e ecológico. Torna-se necessário ainda refletir se existe apenas uma postura em consumir de forma criteriosa ou se há uma busca por consumir menos ou até mesmo por não consumir (DIAS, 2009; TAVARES e FERREIRA, 2012; GODECKE, NAIME e FIGUEIREDO, 2012).

De acordo com Godecke, Naime e Figueiredo (2012), essa postura adotada de consumo sustentável leva à ênfase de ações coletivas e mudanças institucionais, fazendo com que o meio ambiente deixe de ser apenas uma questão de “como” os recursos são usados, para o “quanto” é utilizado. Essa postura leva a ações de reciclagem, adoção de tecnologias com menores taxas de poluição, redução de desperdícios e crescimento do mercado verde. Além disso, os debates sobre aspectos que possam influenciar nas alterações do consumo, como o descarte e obsolescência programada, passam a fazer parte das alternativas para estratégias de um consumo sustentável. Outro ponto importante apresentado pelos autores é o paradoxo de que enquanto há um estímulo por um consumo cada vez maior, existe também uma moral que

condena esse consumismo, fazendo com que haja um sentimento de culpa a ser enfrentado pela pessoa que deseja realizar esse consumo.

Dentro dessa visão de consumo sustentável (consumo verde), tornou-se ainda mais evidente a necessidade de uma economia verde após a promulgação pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente do documento *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*, onde são expostas alternativas para um crescimento econômico que melhore o bem-estar humano e a equidade social, reduzindo-se, ao mesmo tempo, os riscos ambientais e a escassez ecológica. Dentro dessa economia, apresenta-se o produto verde, sendo inseridas na sua produção estratégias que visem a sustentabilidade, possibilitando a produção sem agressões ao meio ambiente (ZANIRATO e ROTONDARO, 2016).

Uma vez que haja um consumidor consciente, que entenda a importância da sustentabilidade na produção dos produtos consumidos por ele (a busca pelos chamados produtos verdes), e esse consumidor acabe por racionalizar seu consumo através desses conceitos, cria-se um fluxo de adoção de maneira obrigatória por parte das empresas de uma postura cada vez mais sustentável, visando não perder essa fatia do mercado cada vez mais consciente (BRANDALISE, 2009).

De acordo com o Instituto Akatu (2010), 60% dos consumidores brasileiros possuem alta expectativa sobre o papel responsável a ser desenvolvido pelas empresas, inclusive, acreditam que as empresas devam ir além do que já se encontra estabelecido por legislação, focando em benefícios que sejam relevantes não apenas para a empresa em si, mas para toda a sociedade. Porém, é necessário entender que por mais que diversos cidadãos se mostrem dispostos a realizar sua parte e acreditem que possam ajudar o meio ambiente de maneira individual, existe ainda a parcela que acredita que o governo é quem deve assumir a liderança dessa mudança através de medidas regulatórias e fiscalização ambiental (GODCKE, NAIME e FIGUEIREDO, 2012).

Sendo assim, espera-se que o conhecimento sobre a consequência das ações humanas e a percepção ambiental possam trazer alterações no perfil de consumo dos indivíduos que apresentam essa consciência. Consequentemente, esse conhecimento e percepção levam a um perfil de consumidor com uma postura de maior cobrança pelo posicionamento das empresas quanto aos seus métodos de produção e destinação de resíduos, passando, também, a ter uma conscientização através da reflexão sobre seus estilos de vida. Entretanto, é necessário compreender se a alteração de perfil de consumo é intrínseca apenas ao conhecimento teórico e à divulgação da informação a respeito do meio ambiente ou se a percepção ambiental se dá

também através do contato direto com a natureza e como esse contato pode influenciar nas escolhas diárias do consumidor (GODCKE, NAIME e FIGUEIREDO, 2012).

3.3 TRILHAS

As primeiras utilizações de trilhas pelo ser humano consistiram em estratégias de caminhos para adentrar a natureza, visando o atendimento de necessidades básicas, como a busca por alimento e água, a demarcação de novos territórios, ou também como vias de comunicação dos locais visitados ou habitados pelo homem. Com a evolução do homem e das sociedades, as trilhas passaram a ser associadas a outras utilidades, como realização de viagens comerciais ou peregrinações religiosas, mostrando assim, através da sua utilização, um desenvolvimento social (EISENLOHR, 2013).

Desde o advento da Revolução Industrial, até as mais recentes evoluções tecnológicas, que disponibilizaram facilidades de deslocamentos, juntamente com a influência dos meios de comunicação, as trilhas tornaram-se também alternativas a serem utilizadas para lazer e turismo, contemplação da natureza, prática de esportes radicais, recreação, entre diversas outras atividades. Essas atividades em meio natural passaram a funcionar como uma alternativa para fuga dos grandes centros urbanos, proporcionando para os praticantes oportunidades de reflexão sobre os aspectos ambientais, questões socioambientais e consequentemente também o conhecimento de princípios de ecologia e de um desenvolvimento sustentável (CARVALHO e BÓÇON, 2004; GOMES, 2013). Ressalta-se que anteriormente à Revolução Industrial, apenas as classes altas tinham acesso ao lazer realizado em meio natural, sendo considerado atividade de luxo. No entanto, com as exigências de redução de jornada de trabalho e as consequentes mudanças nos estilos de vida, a procura por atividades em contato com o meio natural aumentaram (MARAFA, TING e CHEONG, 2007).

As trilhas como atividade de lazer nasceram na França, nos anos 40, contribuindo para o desenvolvimento das trilhas de longo percurso. Por volta da década de 90, com a popularização do ecoturismo, as práticas de atividades em trilhas passaram a ser relacionadas ao meio ambiente, constituindo-se em um mecanismo de importância econômica para as regiões e para os moradores dos locais circunvizinhos aos pontos da prática. Atualmente, apresentam potencial educativo, representam um modelo de turismo responsável e de conservação da natureza baseado nos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental (BUENO e PIRES, 2006; MAGRI et al., 2019; MELLO, 2019).

Conforme Bueno e Pires (2016), Magri et al. (2019) e Mello (2019), esse desenvolvimento da relação sustentável praticada através do ecoturismo é proveniente de

experiências e sensações vivenciadas em meio à natureza, contribuindo para o desenvolvimento de responsabilidade ambiental dos ecoturistas com os ambientes de realização dessas atividades, e outras atividades do cotidiano. No Brasil, o ecoturismo gerou, em 2015, um faturamento de aproximadamente 70 milhões de dólares e mobilizou mais de 10 mil empresas no setor, fazendo com o país ser considerado pelo Fórum Econômico Mundial, como um dos países com maior potencial turístico em recursos naturais em todo o mundo, em função principalmente da proteção em áreas de conservação (MELLO, 2019).

Silva et al. (2012b) ratificam a importância da realização da prática de trilhas e sua relevância para a projeção do processo de conservação da natureza. Segundo os autores, a atividade e a facilitação do acesso a locais naturais, não disponíveis no contato diário, repercute na alteração da relação do homem com a natureza. Além disso, conforme Souza et al. (2019), as trilhas tornam-se ferramentas de educação ambiental capazes de estimular o raciocínio lógico, via fomento da reflexão e observação. Nesse sentido, proporcionam conhecimento sobre relações ecológicas, sendo usadas como instrumentos pedagógicos que incentivam o aluno a rever e repensar sua percepção ambiental.

No entanto, a execução das atividades de maneira não planejada pode trazer, nos médio e longo prazos, consequências negativas para os locais sob visitação constante. Isso pode culminar em conflitos e na degradação do meio ambiente, e levar não só à perda de demanda, devido ao prejuízo visual dos locais, mas à deterioração dos recursos naturais. Na execução das atividades é importante, portanto, que haja cuidados com o solo, a vegetação, a fauna e com outros fatores como resíduos, incêndio e vandalismo. Em relação ao solo podem ocorrer compactação e desenvolvimento de processos erosivos, havendo ou não agravamento dependendo do tipo de solo, topografia ou padrão de drenagem do terreno. Quanto à vegetação pode haver transporte de ervas daninhas pelos visitantes, involuntariamente, ou até mesmo a contaminação por pragas. E, em relação à fauna, alterações no comportamento das espécies presentes nos locais de práticas de trilhas (GUIMARÃES e MARIANO, 2015).

3.3.1 Trekking e Hiking

Em alguns países, as trilhas podem ser classificadas em *hiking* ou *trekking*. Nesses, de acordo com Santos, Santana e Delvizio (2016), os *hiking* são as práticas em trilhas de curta duração, sem pernoite, popularmente chamadas de “bate e volta”, enquanto as trilhas de maior duração, que envolvem pernoite, são chamadas de *trekking*. Já, em outros países, ambos os termos, *hiking* e *trekking*, definem caminhadas de longa distância. Na Austrália, por sua vez, termos específicos como *bushwalking* são usados para caminhadas em geral e *tramping* para

longa distância. Em países de língua espanhola, o termo utilizado é *senderismo* (SILVA, 2016).

Outra definição citada por Silva (2016) e Andrade (2003), refere-se às *nature trails*, como trilhas de curta distância e as *wilderness trails*, como de longa distância. Para os autores, as de curta distância possuem função recreativa ou educativa, buscando uma interpretação do meio ambiente, já as de longa distância são voltadas para os que buscam atividades mais selvagens, como travessias.

No trabalho em questão, foram adotados os termos *trekking* e *hiking*, conforme apresentado por Santos, Santana e Delvizio (2016).

Existem duas versões para origem do termo *trekking*. Na primeira, a palavra surgiu no século XIX, sendo uma variação do termo *trek*, com origem na língua africâner, difundida no início do século XIX pelos *vortrekkers*, que seriam os primeiros trabalhadores holandeses colonizadores da África do Sul. O verbo *trekken* significa migrar, com sentido de sofrimento e resistência física. Posteriormente, quando os ingleses invadiram a região, estabelecendo domínio sobre o local, o termo *trekking* foi incorporado ao inglês, passando a significar as longas caminhadas que os britânicos desbravadores realizaram para o interior do continente africano (AMORIM e BITENCOURT, 2006).

A outra versão, apresentada por Gomes (2013), explica que em 1806, ingleses invadiram a região da Cidade do Cabo, vencendo a guerra contra os bôeres. Em 1836 os bôeres¹ resolvem deixar a Cidade do Cabo em direção às outras partes do país em busca de riquezas e novas oportunidades, longe dos ingleses, tendo esse êxodo chamado de *Great Trek*, dando assim origem à palavra *trekking*. Após isso o termo foi introduzido na rotina da África do Sul tornando-se uma prática esportiva, onde milhares de turistas ainda nos dias atuais se arriscam nos mesmos trajetos dos bôeres. No Brasil, o termo veio a ser introduzido na nossa língua com significado de caminhadas em trilhas naturais com enfoque na busca por lugares novos e belezas naturais a serem conhecidos, possibilitando um maior contato com a natureza (AMORIM e BITENCOURT, 2006).

De maneira geral, o termo *trekking* define viagem duradoura a pé por trilhas, em caminhadas de diferenciados níveis, para diferentes faixas etárias e preparo físico enfrentando lugares de pouco acesso, conciliando-se lazer, divertimento ou competição, buscando vencer obstáculos naturais, apresentando cada vez mais adeptos da atividade em todo o mundo. A caminhada é realizada fora do ambiente urbano, por vezes sendo necessária a utilização de equipamentos específicos para realização (GOMES, 2013).

¹ Os bôeres (bóeres ou bures) são descendentes dos colonos calvinistas dos Países Baixos, da Alemanha, da Dinamarca, e de huguenotes franceses.

3.3.2 Classificação das trilhas

De maneira geral, ABNT (2008) define as trilhas como vias estreitas, normalmente não pavimentadas e intransitáveis para veículos de passeio ou percursos, ou seja, trajetos que possuam início e fim delimitado para atividade turística.

De acordo com Silva (2016) e Mello (2019), não existe no Brasil um sistema nacional ou estadual de classificação de trilhas e circuitos de trilhas padronizado, com termos unificados e sistematizados, aspectos físicos e funcionais, mesmo sendo uma necessidade para planejamento e manejo de trilhas ou atividades turísticas. As classificações tendem a ser realizadas por empresas privadas que promovem atividades no meio natural, visando melhorar a qualidade de seus serviços.

Em 2018, através da portaria conjunta nº 407, dos ministérios do Meio Ambiente, Turismo e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, agregada à ação da Rede Nacional de Trilhas de longo Curso e Conectividade – Rede Trilha, publicou-se o Manual de Sinalização de Trilhas. O documento lançou as bases iniciais para a uniformização das classificações. As orientações técnicas são, no entanto, focadas na realização da sinalização de trilhas, mas cita algumas classificações, porém, sem um direcionamento técnico na forma como essas devam ser feitas (BRASIL, 2018; ICMBio, 2018).

Entre os estudos produzidos e publicados no Brasil, as classificações das trilhas geralmente giram em torno do grau de dificuldade, utilizando critérios biofísicos dos locais, condições do terreno, esforço físico a ser realizado, orientação do sol, como obstáculos, declividade, drenagem e outros (SILVA, 2016). Quando empresas voltadas para o setor turístico desejam realizar um embasamento mais técnico em suas adequações para trilhas, utilizam o Manual de Sinalização de Trilhas (ICMBio, 2018), a Metodologia de Classificação de Trilhas (FEMERJ, 2015) e a NBR 15505-2 (ABNT, 2008).

O trabalho realizado pela Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), em 2015, gerou uma metodologia de classificação de trilhas, a partir de quatro parâmetros: esforço físico e exposição ao risco (itens obrigatórios), orientação e insolação (itens não obrigatórios). Cada parâmetro possui níveis de dificuldade ou graus de risco. Trata-se, no entanto, de um sistema complexo, pois o esforço físico, por exemplo, pode ser subjetivo (FEMERJ, 2015; SILVA, 2016).

Já a classificação proposta por Andrade (2003), é realizada de acordo com a função, forma e grau de dificuldade da trilha. Em trilhas autoguiadas o grau de dificuldade estará atrelado ao comprimento da trilha, características de relevo, se haverá acampamento ou não,

sinalização e existência de mapas ou roteiros, gerando as classes: 1 - Caminhada Leve; 2 - Caminhada Semipesada; 3 - Caminhada Pesada.

Na classificação sugerida por Andrade (2008), entram os parâmetros: função, forma e grau de dificuldade. As classificações são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. Classificação de trilhas.

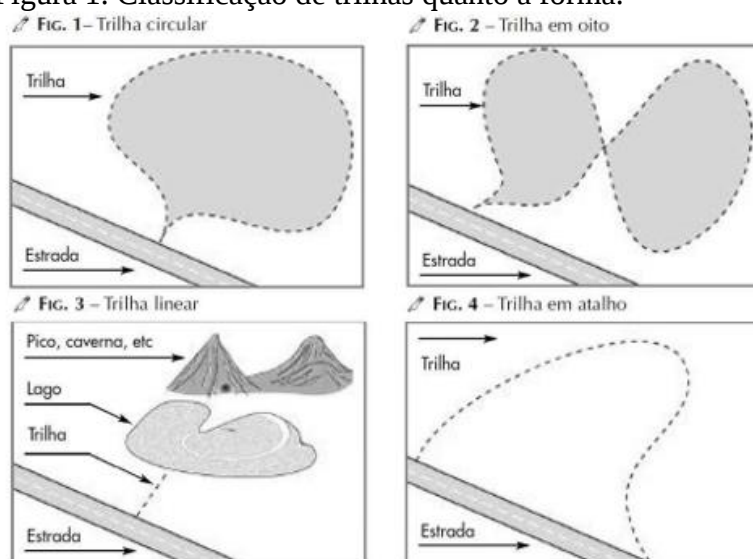
Função	Forma	Grau de Dificuldade
Educativa	Circular	1 – Fácil
Recreativa de curta ou longa distância	Oito	2 – Moderado
Interpretação	Linear	3 – Extenuante
Guiada ou autoguiada	Atalho	

Fonte: Elaborada pelo autor baseado em Andrade (2008)

Quanto às atividades desenvolvidas nas trilhas Andrade (2008) classifica em graus: A - não requer experiência; B - requer alguma atividade física; C - requer condicionamento físico; D - requer condicionamento físico e experiência básica em montanhismo; E - expedição com intensa atividade física.

Em relação à classificação de forma, as trilhas podem ser: circulares, em oito, lineares ou em atalho (Figura 1).

Figura 1. Classificação de trilhas quanto à forma.



Fonte: SILVA, 2016

Na trilha circular, é possível retornar ao ponto de partida, sem repetir o percurso de retorno ou pode-se definir um sentido único de uso da trilha, permitindo assim que o visitante realize o percurso sem passar por praticantes no sentido contrário. A trilha em oito se torna eficiente para áreas limitadas, pois aumenta a possibilidade de uso dos espaços. A trilha linear é considerada o formato mais simples e comum. Normalmente possui como objetivo a conexão de um caminho principal a outros destinos, como lagos, clareiras, cavernas, picos, etc. Suas desvantagens estão relacionadas ao caminho de volta, que poderá ser igual ao de ida, além da

possibilidade de encontrar com os outros visitantes no sentido contrário. E por fim, a trilha em atalho, que possui o início e o fim em pontos diferentes de uma trilha ou do caminho principal. Ainda que o nome se dê como atalho, o objetivo principal nessas trilhas com esses formatos não é de “cortar caminho”, porém, mostrar áreas alternativas a trilha ou ao caminho principal (ANDRADE, 2003; ANDRADE, 2008).

Há ainda a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR15505-2 (ABNT, 2008), que é utilizada por empresas de ecoturismo, com critérios de classificação (Tabela 2) de percursos para utilização comercial, podendo assim garantir oferta de turismo de maneira segura através das trilhas.

Tabela 2. Critérios para classificação de percursos conforme ABNT NBR 15505-2.

Critério	Descrição
Severidade do meio	Refere-se aos perigos e outras dificuldades decorrentes do meio natural, como temperatura, pluviosidade, riscos de quedas, facilidade de resgate, entre outros, que podem ser encontrados ao longo do percurso;
Orientação no percurso	Refere-se ao grau de dificuldade para orientação, como presença de sinalização, trilhas bem marcadas, presença de pontos de referência, entre outros, para completar o percurso;
Condições do terreno	Refere-se aos aspectos encontrados no percurso em relação ao piso e às condições para percorrê-lo, como tipos de pisos, trechos com obstáculos, trechos com pedras soltas, entre outros;
Intensidade de esforço físico	Refere-se à quantidade de esforço físico requerido para cumprir o percurso, levando em conta extensão e desníveis (subidas e descidas), considerando um cliente comum.

Fonte: elaborada pelo autor, conforme Silva (2016)

Mello (2019) apresenta também uma classificação conforme o perfil usuário. Trilhas estreitas são as dedicadas para pedestres e ciclistas, intermediárias para caminhantes e usuários com necessidades especiais e largas para equestres. E Silva (2016) acrescenta que uma trilha pode ser dividida em trilha de conexão, quando trata-se de corredores turístico que conectam atrativos e áreas dentro de parques; trilha de excursão, que conduzem a diversos atrativos, com no máximo quatro horas de ida e volta da trilha; de passeio, quando saem de centro turísticos e passam por mirantes, com até duas horas, entre ida e volta; ou trajeto aquático, quando há necessidade de traslados marítimos.

Ainda de acordo com Rodrigues e Torves (2007), as classificações das trilhas são formas de orientar o visitante sobre as exigências físicas e psicológicas necessárias para prática da atividade. A classificação engloba aspectos de intensidade da trilha e o nível técnico dos visitantes durante o percurso, podendo variar ao longo dos trechos, pela extensão, inclinação do terreno, qualidade da trilha e obstáculos.

As práticas de trilhas podem ainda ser caracterizadas como um serviço ecossistêmico, classificado como cultural. Relacionam-se ao bem-estar, devido à promoção de relações sociais,

oportunidade de observar e aprender dos ecossistemas, expressar valores culturais e espirituais, valores estéticos e recreativos, além de possibilitar aproveitar aspectos relacionados à saúde, pela possibilidade de respirar ar puro e a prática de exercícios físicos (MMA, 2020).

Entretanto, de acordo com Barros (2003), Silva (2016) e Guimarães e Mariano (2015), os ecossistemas que oferecem os serviços culturais comumente podem acabar sofrendo com os apelos do ecoturismo da visitação pública, devido ao crescimento dos praticantes dessas atividades. Consequentemente, as práticas dessas atividades podem gerar impactos ecológicos, alterando a biofísica dos recursos naturais, como solo, vegetação, fauna e água.

Sendo assim, as atividades ligadas ao ecoturismo, através da prática de trilhas, levam a um contato maior com a natureza, gerando a oportunidade de quebra das barreiras entre o homem e o meio ambiente. Porém, além de se atentar no conhecimento gerado durante as atividades, nos impactos que elas geram na mudança de posturas do cotidiano, é necessário também haver uma análise sobre o comportamento durante as trilhas, para que os benefícios gerados não sejam anulados pelos impactos negativos ao meio ambiente durante o percurso.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 CONCEPÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracterizou-se em uma pesquisa exploratória e descritiva, segundo definições de Jung (2009) e Gil (2009). A característica exploratória se dá pela existência de poucos trabalhos que relacionam a prática de trilhas a comportamentos de consumo, sendo uma temática em desenvolvimento e descritiva, pois buscou relacionar o conjunto de conhecimentos e comportamentos de praticantes de trilhas de diversas partes do Brasil.

Para execução da pesquisa foi escolhido o método *survey*. Este método permite o levantamento de descrições sobre aspectos de uma população através de um segmento ou parcela dela. Como o universo de elementos de praticantes de trilhas no Brasil abrange um alto número de pessoas em sua totalidade, e não há um levantamento do número exato, assim, tornou-se necessário trabalhar com uma amostragem destes praticantes, através da aplicação de questionário, buscando representar o universo estudado (FREITAS et al, 2000; AUDINO, 2017; MINEIRO, 2020).

4.2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Os levantamentos bibliográficos (artigos, teses e dissertações), para fins de composição da base teórica do trabalho, foram realizados através das bases de dados dos recursos eletrônicos *Scielo*, *Periódico Capes*, *Google Scholar*, utilizando-se das palavras chaves: meio ambiente, percepção ambiental, trilhas ecológicas, consumo consciente, consumo verde, ecoturismo, educação ambiental, classificação de trilhas, grau de dificuldades de trilhas, sistemas de classificação de trilhas; em inglês *hiking*, *trekking* e *degree of difficulty of trains*.

Além das fontes supracitadas, foram utilizados também, como fonte de levantamento para o referencial bibliográfico e embasamento teórico, livros disponibilizados para acesso via *web* e documentos de legislação vigente.

Quanto à elaboração das perguntas apresentadas ao longo do questionário foram realizadas leituras de trabalhos executados por outros pesquisadores relacionados com percepção ambiental de determinados grupos ou regiões como os de Silva, Perine e Guerreiro (2019) e Silva e Cipolatte (2016), questionários do Instituto Akatu (2020), e também outros questionários dentro da temática direta de trilhas. Houve também a leitura de artigos de sites especializados na temática e relevantes dentro do meio desse tipo de atividade.

Mediante as leituras supracitadas, foram determinadas as questões que seriam apresentadas, quais itens seriam inseridos. Para as perguntas específicas foram utilizadas as seguintes bases:

- As informações de níveis de trilhas foram elaboradas mediante Metodologia de Classificação de Trilhas da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ);
- A faixa etária adotada como opções de resposta no questionário, foi definida e agrupada conforme as divisões de gerações (*Boomers*, X, Y e Z) apresentada por Colle et al. (2017), com a intenção de buscar as diferentes relações de comportamento apresentado por cada geração.
- As opções de renda familiar inseridas foram realizadas conforme o critério da Fundação Getúlio Vargas.

4.3 LOCAL, AMOSTRA DA PESQUISA E APLICAÇÃO

O trabalho foi desenvolvido em plataformas digitais, sendo assim, não houve delimitação geográfica para os convidados ou para aqueles que se voluntariaram para participação na coleta de informações. O tipo de amostragem adotada foi não probabilística, que é utilizada quando não é possível ter acesso a todos os componentes que formam uma população, tornando-se aleatória (ou a esmo), porém, com certos elementos condizentes que podem representar a população a ser estudada (OCHOA, 2015; SANTOS, 2021)

O instrumento de coleta da pesquisa foi elaborado e aplicado através de um questionário em formato *on-line* junto aos praticantes de trilhas, onde foram abordadas questões que possibilitaram traçar o perfil desses voluntários, suas relações com a natureza, como as relações impactaram e continuam a impactar nas atividades de consumo do cotidiano e a percepção ambiental ao longo da prática e após a prática. As perguntas em sua maioria foram de característica fechada, visando a redução de prejuízo à uniformidade das respostas.

O questionário, assim como o projeto de execução do trabalho, foi submetido para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, tendo sido aprovado sua execução e aplicação, através do parecer de número 4.930.355.

O questionário *on-line* foi hospedado na plataforma virtual *Google Forms* disponível para utilização de maneira gratuita, permitindo que os participantes pudessem responder às perguntas sem a necessidade de identificação, resguardando que o pesquisador não pudesse identificar o participante, além de ter sido possibilitado o abandono da pesquisa em qualquer momento.

O convite para participação na pesquisa se deu através de fóruns *on-line*, grupos em redes sociais, voltados para temática e mensagens através de aplicativos de mensagens instantâneas (*Whatsapp* e *Telegram*). Nos fóruns *on-line* o convite foi realizado através da

abertura de um tópico de discussão, onde foi apresentado de maneira objetiva o projeto de pesquisa, os objetivos da referida e o *link* para o questionário. Quanto aos grupos em redes sociais, na plataforma *Facebook*, semelhante ao fórum, foi aberto um tópico de postagem e no *Whatsapp* e *Telegram* foi enviado uma mensagem instantânea, ambos apresentados semelhantemente ao método do fórum *on-line*.

O questionário *on-line* aplicado encontra-se no Apêndice 1.

Foram coletadas 313 respostas de entrevistados na pesquisa, através de fóruns *on-line* e grupos em redes sociais, existentes a respeito da temática. Estes voluntários convidados ou de participação espontânea, são praticantes de trilhas (*hiking* e/ou *trekking*), guias ou condutores, e tiveram em maior presença das regiões Sudeste e Sul, conforme apresentado nos tópicos dos resultados.

A coleta ocorreu entre novembro de 2021 até maio de 2022, em intervalos semanais para realização de novas publicações e o envio de mensagens.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

4.4.1 Tratamento dos dados

Após a finalização do período de aplicação da pesquisa, foi realizado o *download* das informações dos dados coletados a partir do questionário *on-line* (junto aos praticantes de trilhas) da plataforma de hospedagem da pesquisa, e por fim todos os dados foram tabulados em *software* de elaboração de planilhas para melhor visualização e tratamento das informações.

Os dados que não possuíam uniformidade, por serem provenientes de questões abertas, foram tratados e uniformizados. Entre os dados que foram uniformizados estão:

- Informações de escolaridade - por permitirem que os respondentes relatassem qual era o curso, tornaram-se necessárias adequações para agrupamento da informação de acordo com o grau de conhecimento dos participantes;
- As profissões dos entrevistados eram das mais variadas, consequentemente, visando garantir uniformização para comparação de informações com outras pesquisas, como a de Freitas, Magalhães e Guapyassú (2002), as diversas profissões foram agrupadas em: **profissionais liberais**, aqueles que podem exercer aquela determinada profissão mediante habilitação com conselho de classe específico, sem necessidade de vínculo com empresa ou órgão parecido; **autônomos** para aqueles que exercem profissões que não dependem de vínculo com empresa ou órgão, porém, não possuem conselho de classe organizadora; **estudante/estagiários** para aqueles que ainda estão em processo de formação e declararam assim sua profissão; **aposentado/dona de casa** para os que se declararam ocupantes desse

grupo; **militar**; **professores** e por fim, os **assalariados**, para aqueles que não se encaixam dentro de nenhum dos grupos apresentados anteriormente;

- A região de residência foi relacionando a localização da cidade/estado de residência dos entrevistados com as regiões geográficas.

Após a uniformização dos dados provenientes de questões abertas, eles foram relacionados ao tempo de prática de trilhas, que apesar de serem de questões fechadas, possuíam um espectro muito grande de respostas. Por isso, esse tempo de prática de trilhas foi agrupado em 5 grupos de tempo, para melhoria na visualização e para favorecer a verificação das associações com outras variáveis. Para estes dados, o intervalo do agrupamento da referida variável foi definido conforme proximidade com os intervalos de idade geracionais apresentados no tópico 4.2.

Após as devidas uniformizações e agrupamentos, as informações obtidas diretamente, como sexo, estado civil, tipo de prática dos exercícios e outras, foram plotadas graficamente, buscando a facilitação da compreensão do resultado e possibilitando a análise dos resultados obtidos e comparação com outros trabalhos realizados dentro da mesma linha de pesquisa ou temática.

Para o processo de associação de dados entre as ações sustentáveis, consumo consciente, práticas erradas ou certas, sexo e tempo de prática foram aplicadas tabelas dinâmicas, provenientes do software de elaboração de planilhas, permitindo a utilização de recursos gráficos para análise e estatística (que será apresentada no próximo tópico).

Os resultados das associações são discutidos e apresentados no tópico “5 Resultados e Discussões”.

4.4.2 Análise estatística

Buscando inferir se os conjuntos de dados estavam relacionados, e qual o grau de relacionamento entre as variáveis, foi realizada uma análise estatística das informações apresentadas. Contudo, as variáveis coletadas ao longo da pesquisa eram de característica qualitativas, ou seja, apresentavam atributos e características de algo que se propõe a ser descrito (VIALI, 2016; GUIMARÃES, 2017).

Em estudos que utilizam variáveis qualitativas realiza-se a análise da frequência de ocorrência dos valores que as mesmas podem assumir. Quando há duas ou mais variáveis, é realizado o cruzamento entre os valores para uma verificação mais apurada. Dessa maneira é possível saber se as variáveis são dependentes e quão forte é esta associação (REIS, 2017).

Nesse contexto, como as informações atribuídas pelas variáveis caracterizavam como

qualitativas, para uma análise coerente e assertiva, foi necessário a utilização dos cálculos do χ^2 e do Coeficiente de Contingência C, que caracteriza-se por uma medida de associação definida por Pearson, que possui uma interpretação análoga ao coeficiente de correlação, cujo objetivo é medir uma associação entre dois conjuntos de atributos, aplicado para dados que alguma das variáveis sejam em escala qualitativa (VAYEGO, 2015).

Para o cálculo desse Coeficiente de Contingência C de Pearson, que chamaremos apenas de C, as frequências das variáveis devem ser dispostas em uma tabela de contingência (ou também chamada de distribuição conjunta), com os dados podendo estar distribuídos em qualquer número de categorias, do formato ixj , onde i = linhas e j = colunas (VIALI, 2016).

Primeiramente, para o cálculo de C, as variáveis são inseridas em duas tabelas (frequências observadas e frequências esperadas) para cada associação estudada estatisticamente. Os resultados dos cálculos são apresentados no Apêndice 2.

Na primeira tabela foram dispostos os valores das **frequências observadas** durante a coleta de dados, e cada entrada desta tabela foi chamada de fo_{ij} , ou seja, após o tratamento dos dados, conforme explanado anteriormente, as informações observadas foram inseridas nesta tabela sem nenhum tipo de cálculo necessário.

Na segunda tabela foram dispostos os valores das **frequências esperadas**, onde cada entrada desta tabela é chamada de fe_{ij} , e contempla os valores de frequência que seriam apresentados caso as variáveis estudadas não estivessem relacionadas entre si, ou seja, seriam independentes (REIS, 2017). Contudo diferentemente da tabela das frequências observadas, para a construção das frequências esperadas é necessário a realização de um cálculo envolvendo as informações da primeira tabela. Este cálculo é realizado através da fórmula:

$$fe_{ij} = \frac{fo_{i.} \times fo_{.j}}{fo_{..}}$$

Onde:

- $fo_{i.}$ indica o total da linha i da tabela de frequência observada;
- $fo_{.j}$ indica o total da coluna j da tabela de frequência observada;
- $fo_{..}$ indica o total geral da tabela frequência observada.

Após a construção das tabelas de frequências observadas e frequências esperadas sob condição de independência, para cada associação proposta, foi realizado o cálculo do χ^2 (qui-quadrado) através da fórmula abaixo:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^s \sum_{j=1}^r \frac{(fo_{ij} - fe_{ij})^2}{fe_{ij}}$$

Assim, de posse das informações, para cada célula da tabela de contingências foi calculado o χ^2 , que através de sua fórmula realizou a diferença entre a frequência observada e a frequência esperada, elevando essa diferença ao quadrado, evitando assim que diferenças negativas anulassem as diferenças positivas (REIS, 2017).

De posse do cálculo pode-se verificar as hipóteses analisadas em:

H_0 – Não existe associação entre as variáveis analisadas;

H_1 – Existe associação entre as variáveis analisadas.

Conforme o grau de liberdade expresso para a análise proposta, comparou-se com o χ^2 tabulado, para verificação da aceitação ou rejeição da hipótese apresentada em H_0 .

Após os cálculos de χ^2 foi possível realizar o cálculo do coeficiente C, que se dá pela fórmula apresentada abaixo:

$$C = \sqrt{\frac{\chi^2}{\chi^2 + n}}$$

Onde:

- χ^2 é a estatística d qui-quadrado
- n é o tamanho da amostra

O coeficiente C quando calculado e não apresenta associação, apresentará o resultado zero, porém, quando as variáveis são totalmente dependentes entre si, isto é, são perfeitamente relacionados, o coeficiente deveria ser igual a 1. Contudo o coeficiente C não atinge o valor 1 (um), pois o limite de variação está relacionado ao número de linhas e colunas (VIALI, 2016).

Desta maneira, apenas o coeficiente C não diria exatamente o quão forte seria a associação para as variáveis estudadas na pesquisa. Sendo assim, para quantificar a associação (grau de dependência) entre as variáveis qualitativas estudadas, a partir do cálculo do coeficiente C, calculou-se o Coeficiente de Contingência Modificado (C^*), que formaliza os valores entre 0 e 1, onde 0 demonstra completa independência e 1 completa dependência (associação perfeita).

O cálculo de C^* se dá pela fórmula apresentada abaixo.

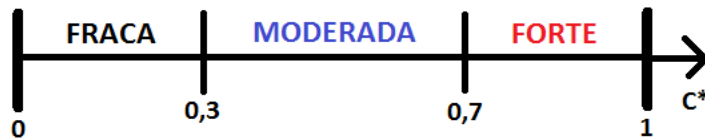
$$C^* = \frac{C}{\sqrt{\frac{t-1}{t}}}$$

Onde:

- C é o coeficiente calculado anteriormente
- t é o menor valor entre o número de linhas e colunas da tabela de distribuição de frequência

As variações de C*, de acordo com Reis (2017), podem ocorrer conforme apresentado abaixo.

Figura 2. Variação da associação entre as variáveis pelo Coeficiente C*.



Fonte: REIS, 2017

Os resultados de C* calculados, são apresentados no tópico “5 Resultados e Discussões” e também no Apêndice 2.

Ressalta-se que não há exigência de que a população deva ter uma distribuição normal ou qualquer distribuição específica para realização dessa análise de contingência.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Nas questões abordadas no questionário *on-line*, foram inseridas perguntas com objetivo de obter e traçar o perfil dos 313 participantes, os quais são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Características socioeconômica dos participantes.

Variáveis socioeconômicas		Participantes	
		Números	%
Sexo	Feminino	189	60
	Masculino	122	39
	Não responderam	2	1
Faixa Etária	18 a 21 anos	3	1
	22 a 32 anos	95	30
	33 a 41 anos	74	24
	42 a 52 anos	74	24
	53 a 61 anos	46	15
	acima de 61 anos	21	6
Estado Civil	Solteira/o	161	51
	Casada/o	99	32
	Viúva/o	10	3
	Divorciada/o	39	12
	Não responderam	4	2
Escolaridade	Pós-graduação	126	40
	Superior	107	34
	Ensino Técnico	22	6
	Ensino Médio	55	18
	Fundamental	2	1
	Não responderam	1	1
Filhos	Sim	133	42
	Não	177	57
	Não responderam	3	1
Número de Filhos	01	12	9
	02	9	7
	03	4	3
	04	1	1
	Não responderam	107	80

Classe Econômica		Faixa Salarial	
E	R\$1.100,00 a 2.200,00	33	11
D	R\$2.200,01 a 4.400,00	83	27
C	R\$4.400,01 a 11.000,00	126	40
B	R\$11.000,01 a 22.000,00	17	5
A	Acima de R\$22.000	13	4
	Não responderam	41	13
Região de residência			
	Sudeste	203	65
	Sul	98	31
	Centro-Oeste	5	1
	Norte	3	1
	Nordeste	2	1
	Não responderam	2	1

Pela Tabela 3 observa-se que a maioria dos participantes da amostra (60%) declarou pertencer ao sexo feminino e 39% do sexo masculino. De acordo com Schwartz et al. (2016) e Nunes, Oliveira e Wildhagen (2021) é crescente a inserção de mulheres em atividades ligadas à aventura, pelo gosto e pela identificação do contato com o meio natural, juntamente com a busca por conquistas e superações.

Além da maioria feminina entre os respondentes, a amostra constou, em maior parte, com pessoas, dentro da faixa etária de 22 a 32 anos, solteiros, escolaridade de pós-graduação ou superior completo, pertencentes à classe social C. Em relação a estes resultados obtidos observou-se algumas semelhanças e diferenças da amostra deste estudo em comparação com levantamento realizado em 2010 sobre Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil, onde a maioria dos praticantes era do sexo masculino; com idade entre 18 e 29 anos; solteiros; com ensino médio completo e ensino superior incompleto; pertencentes à classe social B (BRASIL, 2010).

Entre os respondentes declararam 57% não possuir filhos. Os que afirmaram possuir são 42%. Quanto ao número de filhos, 80% não responderam, mas dos que responderam, 12% afirmaram ter um filho. Apesar da deficiência da pesquisa na quantificação de filhos, a taxa de fecundidade² no Brasil diminuiu de 6,28 para 1,87 em 50 anos (1960 a 2010). Em 2030 deve ser alcançado o patamar de 1,5 que permanecerá estável até 2050 (BRASIL, 2018).

Ainda no que diz respeito à escolaridade, a maior parte dos participantes possui pós-graduação (40%) ou ensino superior (34%), indicando grau de instrução alto entre os respondentes. Resultados de alto grau de escolaridade foram encontrados também por Nunes, Dias e Wildhagen (2021), no estudo realizado com um grupo de praticantes de trilhas no Rio de Janeiro – RJ.

A definição de classe social tem como critério o número de salários-mínimos por

² Segundo a Secretaria Nacional da Família, taxa de fecundidade é a medida de quantos filhos, em média, as mulheres têm ao longo de sua vida reprodutiva (BRASIL, 2018)

família (FGV, 2014). Considerando-se o salário-mínimo de 2021, de R\$ 1.100,00 (BRASIL, 2020). Observou-se a concentração de respondentes na pesquisa pertencentes à classe C, seguida pela classe D. A menor participação foi da classe A, considerada a de maior poder aquisitivo no Brasil.

A classe C, conforme estudo publicado por Neri (2008) foi definida como a nova classe média. Resultados semelhantes foram verificados em trabalhos realizados por Pinheiro, Moura e Bezerra (2015) e Cruz (2015) os quais indicam que a maior parte dos praticantes de ecoturismo estão inseridos dentro da classe média brasileira, uma vez que buscam esta modalidade de turismo como uma alternativa de lazer e até mesmo cultura.

Segundo publicação do Ministério do Meio Ambiente em 2006, a classe D possuía uma postura mais resignada em relação à possibilidade de viajar ou realizar turismo. Neste estudo mostrou-se como a segunda classe econômica a mais se envolver com a prática de trilhas. A divergência apresentada pode ser relacionada com o tempo entre os trabalhos, uma vez que há uma diferença de mais de 15 anos, que pode apontar mudança na mentalidade dos componentes desta classe ou até mesmo maiores condições financeiras de acesso ao ecoturismo – que se relaciona de alguma maneira ao ecoturismo.

Em relação à profissão exercida pelos participantes, os resultados estão agrupados apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Grupos de profissões dos respondentes.

Grupos de Profissões	Respondentes	
	Números	%
Assalariados (técnicos, gerentes, analistas, assistentes e auxiliares)	96	31
Profissionais Liberais (advogados, médicos, engenheiros, arquitetos e contadores)	88	28
Autônomos (massagista, massoterapeuta, taxista, autônomos em geral)	34	11
Professores	31	10
Estudantes/Estagiários	22	7
Empresários	14	4
Aposentados/Dona de casa	9	3
Militar	1	1
Sem resposta	18	5

Os resultados encontrados aproximam-se dos obtidos por Freitas, Magalhães e Guapyassú (2002) em pesquisa realizada no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, a qual mostrou que os profissionais que exercem funções em ambientes com maiores tendências de estresse tendem a buscar mais contato com atividades ao ar livre. O resultado também é ratificado por Armas e Inácio (2010), em trabalho realizado com montanhistas (praticantes de ecoturismo), onde foi possível verificar que as atividades praticadas no meio natural tinham a

capacidade de auxílio na redução dos desgastes produzidos no cotidiano do trabalho, sendo capaz de até mesmo “repor as energias” para enfrentarem as cargas horárias profissionais.

Em relação às regiões de residência, a maior participação foi de residentes nas regiões Sudeste e Sul (65% e 31%, respectivamente), as demais regiões juntas representaram 4% dos participantes.

Ainda que o questionário tenha sido aplicado através de plataforma *on-line*, a adesão de participantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram baixas em função da dificuldade de parceiros e grupos nas regiões para divulgação e coleta de respostas. Dessa maneira, os resultados representam em sua maioria as características das regiões Sudeste e Sul dos praticantes de trilhas.

O atributo de maior domínio dos respondentes é a residência em municípios de característica predominantemente urbana (61%) ou pelo menos elevada estrutura urbana (28%), representando 89% dos participantes, conforme Tabela 5. Como 96% dos respondentes declararam residir nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, principalmente em grandes capitais como Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, que são regiões conhecidas por possuírem trânsitos de grandes extensões, ou estilos de vida mais asseverados, corrobora uma busca pela fuga da cidade pelos participantes que estão em meio urbano, ainda que 61% deles possuam um pouco de proximidade com o meio natural como parques ou zoológicos. A busca pelo alívio dos barulhos das grandes cidades e dos meios urbanos, trânsito, violência, melhoria da qualidade de vida, caracteriza-se como um dos motivos para prática de atividades em meio natural, como o ecoturismo, ratificando por diversos estudos e autores (TAHARA e CARNICELLI, 2009; PAIXÃO et al., 2011; GOMES, 2013; FIGUEREIDO E SCHWARTZ, 2013, NUNES, DIAS e WILDHAGEN, 2021).

Tabela 5. Características dos municípios de residência dos participantes da pesquisa.

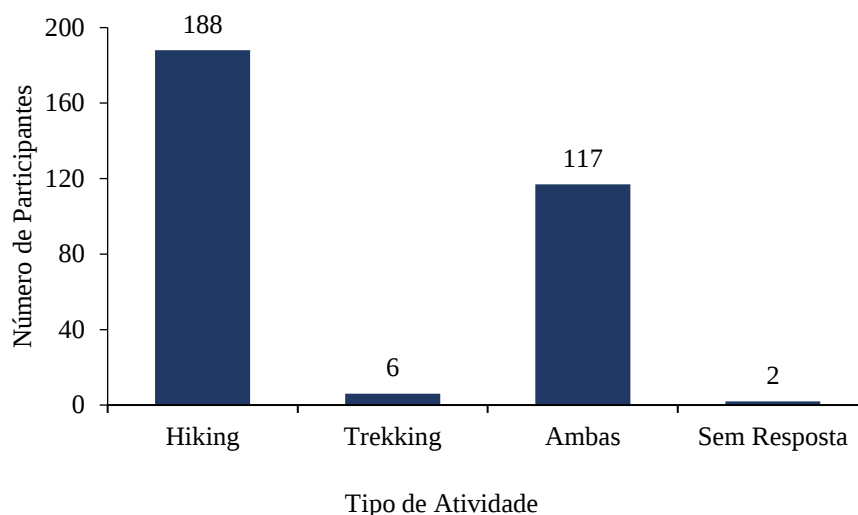
Características dos municípios de residência	Participantes	
	Números	%
Apesar de ter elevada estrutura urbana, possui locais de proximidade com o meio natural, como parques, zoológicos, áreas de preservação;	190	61
Município com característica predominantemente urbana, com presença de indústrias ou não;	88	28
Meu município é predominantemente rural, possuindo pontos de estrutura urbana;	29	9
Meu município é totalmente rural, sendo necessário se locomover para municípios vizinhos para ter acesso aos recursos urbanos.	2	1
Sem resposta	4	1

5.2 PERFIL DE PRÁTICA DAS ATIVIDADES

Ao longo do questionário aplicado aos respondentes, as questões abordaram as informações relacionadas às atividades das trilhas em si. A seguir são apresentados os perfis traçados dos respondentes em relação à prática tanto na modalidade *hiking* quanto na modalidade *trekking*.

A Figura 3 apresenta o tipo de modalidade realizada pelos participantes da pesquisa.

Figura 3. Número de praticantes de trilhas por tipo de atividade.



Observou-se que 60% dos participantes (188) realizam apenas a prática de *hiking*, que são as trilhas de curta duração, conhecidas como bate e volta. Os outros 37% (117 participantes), realizam tanto a modalidade *hiking* como a *trekking*, sendo a *trekking* a modalidade de trilhas que exigem mais tempo de duração, geralmente com pernoite para execução da atividade. Apenas 2% realizam apenas a modalidade de prática de *trekking*.

Os participantes foram perguntados a respeito do nível de dificuldade das trilhas escolhidas para as práticas das atividades (Tabela 6). Os parâmetros utilizados para definição dos níveis de dificuldades foram baseados na Metodologia de Classificação de Trilhas da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ, 2015).

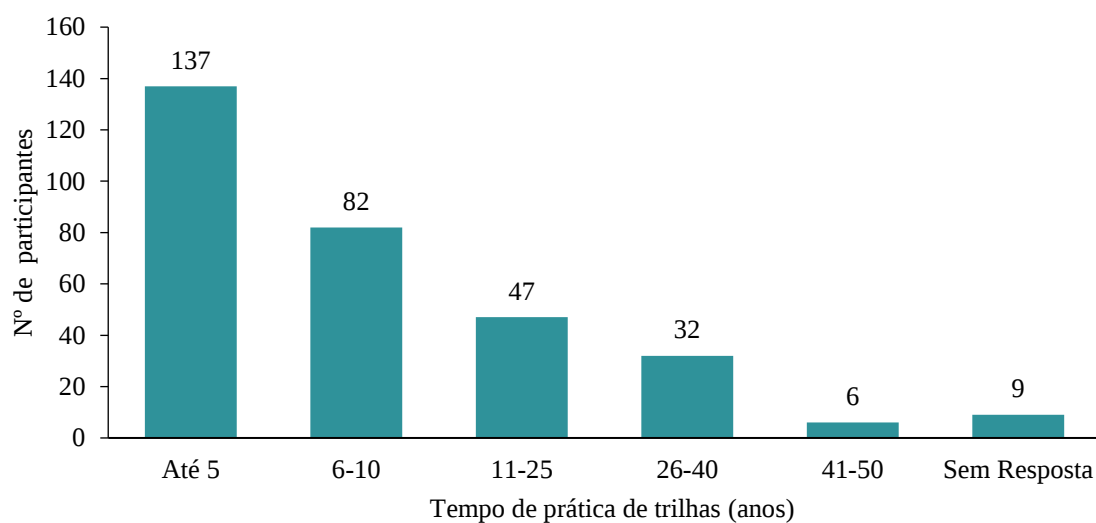
Tabela 6. Divisão dos participantes de acordo com o tipo de trilha em relação à extensão em quilômetros.

Tipo de Trilha	Extensão (km)	Participantes	
		Números	%
Leve	0 a 6	53	17
Moderada	6 a 24	218	70
Pesada	24 a 36	29	9
Extra Pesada	Mais de 36	11	3
Sem resposta	-	2	1

Pela Tabela 6, observa-se que a maior parcela dos respondentes (70%) realiza trilhas de extensão moderada, ou seja, de 6 a 24 km, faixa de distância possível dentro da modalidade *hiking* por ser de um dia, confirmando os resultados apresentados anteriormente na Figura 3. Apenas 12% dos participantes realizam trilhas na categoria pesada e extrapesada (juntas), as quais exigem mais preparo, condicionamento físico do praticante e tempo de prática.

O número de participantes em relação ao tempo de prática de trilhas é apresentado na Figura 4.

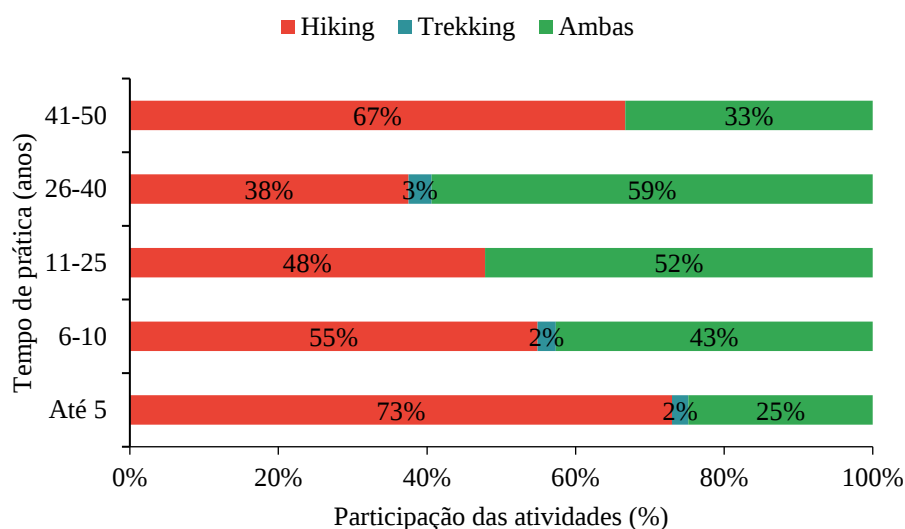
Figura 4. Tempo de prática de trilhas dos participantes em anos.



Quanto ao tempo de prática de trilhas, a maior concentração está em 44% (137) que realizam a atividade há no máximo cinco anos, o que justifica os resultados encontrados na Figuras 3 e 4 e Tabela 6, pois iniciantes tendem a optar pelas atividades de menor esforço nos primeiros anos, até se desenvolver prática e condicionamento físico para percursos mais longos.

Esta correlação pode ser observada também através da Figura 5.

Figura 5. Tempo de prática de trilhas e o tipo de trilha.



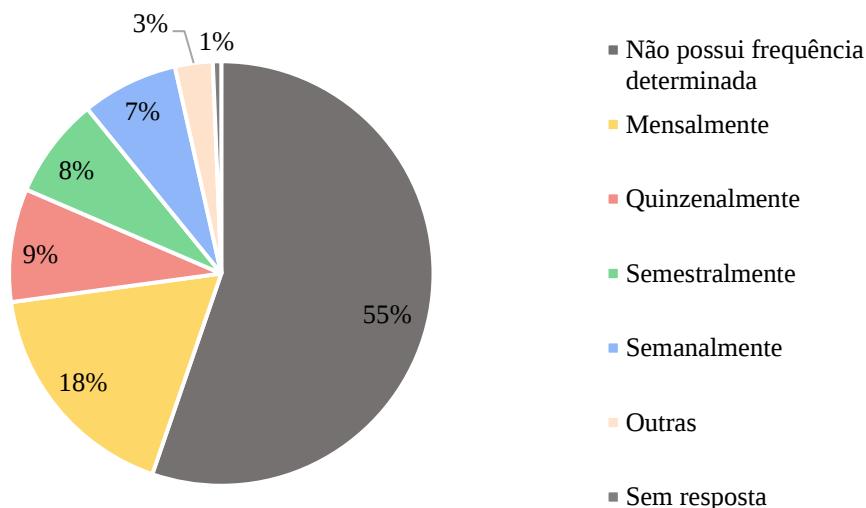
Percebe-se que com o aumento do tempo de prática trilhas, diminui-se a prática da modalidade *hiking* e aumenta-se a prática de ambas. Isto, consequentemente, corrobora com a hipótese do ganho de condicionamento físico com o tempo de prática de trilhas. No entanto, a partir de mais de 41 anos de prática, ocorre novamente o crescimento da modalidade *hiking*, possivelmente influenciado pelos fatores intrínsecos à idade dos praticantes.

Identificam-se, portanto, dois fatores: o primeiro sobre a tendência de permanência na prática de trilhas, considerada informalmente pelos respondentes como “algo viciante”, justificando mais de 41 anos de prática. O segundo fator relacionado com o crescimento na busca por atividades relacionadas ao ecoturismo (o qual a prática de trilhas está inclusa), evidenciado, principalmente, pelo elevado número de participantes com até 10 anos de prática.

Em 2019, as informações divulgadas pelo ICMBIO, já apontavam o crescimento em 20% do ecoturismo nos últimos anos. Após a pandemia de COVID - 19, conforme dados divulgados pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2022), houve um crescimento na busca por Turismo de Natureza, o que se explica por serem atividades realizadas ao ar livres, sujeitas a menor ou nenhuma aglomeração. Na mesma publicação, a pesquisa PNAD Contínua Turismo indicou que, entre 21,4 milhões de viagens, o número de pessoas que objetivava a realização de viagens de aventura e ecoturismo chegava a 1,5 milhões. Informações, de certa forma, refletidas no maior número de praticantes que iniciaram as atividades há menos de cinco anos.

Em relação à taxa de frequência da realização das atividades pelos participantes os resultados obtidos apresentam-se na Figura 6:

Figura 6. Frequência de realização da prática de trilhas pelos respondentes.



Observou-se que 55% dos respondentes não possuem uma frequência definida para realização das atividades, procurando realizá-las em momentos que surgem a oportunidade. O segundo maior grupo de frequência são aqueles que realizam pelo menos uma vez por mês, representando 18% dos participantes. Não foram encontradas em literatura informações com a finalidade de comparação de resultados, porém é sabido que atividades ao ar livre como a realização de trilhas dependem muito das intempéries, sendo que diferentes locais têm períodos distintos para visitação, caminhadas, acampamentos. A consulta à previsão meteorológica faz parte do planejamento para realização da prática. Da mesma forma, o tempo disponível e a distância do local de residência até as trilhas são fatores que interferem na frequência.

Quanto à alimentação foi perguntando quais alimentos são levados para a realização das atividades. Os resultados são apresentados na Tabela 7 a seguir.

Tabela 7. Alimentos levados pelos participantes para a prática das trilhas.

Alimento	Participantes (%)
Pães e Sanduíches	64
Frutas e Legumes Frescos (consumo <i>in natura</i>)	54
Alimentos Industrializados (barra de cereais, salgadinhos, biscoito)	52
Oleaginosas (castanhas, amendoim, amêndoas)	47
Chocolates	37
Frutas Secas	25
Alimentos básicos, legumes e proteínas para preparo (cozinhar no local)	11

Marmita (alimento preparado em casa)	10
Embutidos (salames, presuntos)	9
Enlatados (sardinha, atum, ervilha, milho, azeitona)	9
Outros	4
Comida Liofilizada	2

A comida liofilizada é sugerida por praticantes de trilhas profissionais como o alimento ideal a ser levado para essas atividades, uma vez que os processos de produção desse tipo de comida concedem características de menor perecibilidade e volume, são nutricionalmente balanceadas, com reduzida necessidade de volume de embalagens, facilitando assim seu transporte (TEISEN, 2018). Contudo, é possível observar que esse tipo de alimento é o menos consumido pelos respondentes, este menor consumo pode ser explicado em função dos valores para aquisição desse tipo de alimento. Uma vez que conforme Ribeiro (2012), os custos de produção para comida liofilizada são altos, os quais são repassados para os consumidores, que por sua vez acabam por optar por alimentos mais acessíveis, conforme demonstrados na Tabela 7. Dos que afirmam consumir comida liofilizada, 67% dos participantes estão alocadas nas classes econômicas B e A, evidenciando que os acessos econômicos influenciam nas escolhas alimentares.

Para entender as motivações de práticas das atividades em trilhas, foi apresentada uma questão aos respondentes, onde deveriam indicar a intensidade para algumas motivações de realização das *trekkings* e/ou *hikings*. Os resultados obtidos e suas discussões são apresentados a seguir.

Tabela 8. Classificação do nível de relevância da motivação para a prática de trilhas por percentual de participantes.

Motivação	Muito Relevante	Moderada	Pouco	Indiferente	Não respondeu
Saúde Mental	89	6	2	0	3
Lazer e distração	85	8	2	0	5
Novas Experiências	80	12	2	1	5
Exercício Físico	63	28	5	1	3
Contato com meio natural na	66	16	10	2	6

infância					
Conhecer pessoas	18	29	33	11	9
Influência de amigos	11	29	30	14	16
Influência de guia/conductor	8	18	35	22	16
Influência da internet	2	17	41	23	17

Observa-se, na Tabela 8, que a **saúde mental** é o item que mais motiva os respondentes (89%) a realizarem trilhas, seguida da busca por lazer e distração (85%) e por novas experiências (80%). Resultados semelhantes foram obtidos por Chim-Miki et al. (2019), com praticantes de *hiking* em Serra Redonda/PB, sendo também a saúde o motivo principal da prática de trilhas, seguido da busca por lazer. Nos trabalhos realizados por Tahara e Carnicelli Filho (2009) e Nunes, Oliveira e Wildhagen (2021), os resultados corroboram a existência da melhoria na saúde física e mental pelos praticantes de atividades na natureza. Nesse sentido, a busca dos participantes, ao praticarem trilhas, por resoluções nesse âmbito, em diferentes períodos e que não abarcam a pandemia, indica possivelmente a busca por saúde mental como uma tendência no perfil de praticantes de trilhas.

Segundo Reis et al. (2017) e Pretty et al. (2005), as atividades físicas realizadas ao ar livre, em contato com a natureza, são consideradas estratégias de promoção à saúde, proporcionando benefícios de ordem física, social e cultural, evitando-se o sedentarismo e outros problemas físicos e mentais. Sendo assim, o nível de motivação alto atribuído aos participantes da pesquisa vai ao encontro do identificado nos trabalhos de Marafa, Ting e Cheong (2007), Szeremeta e Zannin (2013) e Silva et al. (2015). Os autores reconhecem que a saúde mental e as necessidades psicológicas podem ser melhoradas e atendidas através de prática de atividades ao ar livre e de que muitas pessoas procuram esses tipos de atividades em busca da redução do cansaço mental ocasionado pela rotina estressantes das cidades.

Por outro lado, **lazer e distração** foram apontados por 85% dos participantes como muito relevantes para motivação na prática das atividades em trilhas. O resultado vai ao encontro do identificado por Marafa, Ting e Cheong (2007), Freitas, Magalhães e Guapyassú (2002), e Szeremeta e Zannin (2013). Os autores citam o desejo das pessoas por lazer e distração em atividades realizadas ao ar livre, impulsionadas pela promoção de um estilo de vida

saudável, alívio do estresse das atividades diárias, apresentando indivíduos cada vez mais conscientes da importância do cuidado com a saúde, e dos benefícios psicológicos, físicos, sociais das práticas, e consequente melhoria de qualidade de vida.

Outra motivação, considerada muito relevante por 80% dos participantes, foi a busca por **novas experiências**. Este resultado foi ao encontro do identificado por Gomes (2013), segundo o qual as atividades de aventura na natureza ocorrem pelo anseio do desconhecido, por contato com padrões diferenciados do meio urbano.

O **exercício físico**, por sua vez, apareceu como muito relevante para 63% dos participantes da pesquisa, o que é confirmado por observações apontadas por Reis et al. (2017) e Souza et al. (2017). Os autores detectaram o aumento na busca por atividades ao ar livre como prática física, em diversas intensidades, e da conscientização da população sobre a importância desse tipo de atividade, por comportar diversas faixas etárias, melhorando qualidade de vida de seus praticantes, promovendo estilo de vida mais ativo à população urbana e até mesmo convivência social. Ressalta-se que existe uma real importância das atividades de *hiking* e *trekking*, bem como outras atividades em ambientes naturais, para promoção de saúde, bem estar e na prática dos chamados “exercícios verdes”, além da prática como motivação pela busca por melhoramento de condicionamento, melhoria da disposição no dia a dia associados ao lazer e aventura (SPINK, ARAGAKI e ALVES, 2005; COON et al., 2011). Resultados semelhantes foram obtidos por Nunes, Dias e Wildhagen (2021), na pesquisa realizada com os praticantes de trilhas da cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Para 66% dos participantes da pesquisa, o **contato com o meio natural na infância** foi classificado como muito relevante para a decisão de praticar as trilhas. Nesse contexto, esse resultado condiz com o encontrado em outros trabalhos, pois dentre as fases do desenvolvimento humano, a infância é uma das mais sensíveis às influências do meio sobre o indivíduo, o que se manifesta na vida adulta, uma vez que há um desenvolvimento do senso de ambientalismo, formação de indivíduos reflexivos e uma tendência a preocupações com questões ambientais e sustentabilidade da vida (NATÉRCIA, 2007; RAMBO e ROESLER, 2019).

Conhecer pessoas não aparece como uma motivação de alta relevância na pesquisa, o que diverge dos resultados encontrados por Mainieri (2008), onde conhecer pessoas e o convívio social foram o segundo motivo mais importante para os homens respondentes, ao realizarem as práticas de trilhas (chamada de caminhada ecológica pelo autor). Gladwell et al. (2013), também, em seus resultados, afirmam que a busca pelo convívio social é um fator relevante para os praticantes em atividades ao ar livre. Contudo, um fator importante que pode

ter sido determinante para a menor motivação em conhecer pessoas durante a prática de trilhas, nessa pesquisa, pode estar relacionado ao período pandêmico da COVID-19, quando os questionários foram aplicados. A restrição de contato com outras pessoas pode ter alterado esse objetivo durante a prática das atividades.

Foram apresentados, também, aos respondentes três tipos de influências que poderiam ser relevantes para decisão da prática das atividades em trilhas: internet, amigos e guias/condutores. Em todos os resultados, os participantes indicaram pouca influência dos três agentes na decisão para execução das atividades. Entretanto, ao colocá-los em ordem, da menor relevância para maior, apontaram: internet, guias/condutores e a influência de amigos.

5.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E CONSUMO

Os participantes foram questionados a responder sobre a frequência que algumas ações do cotidiano, de cunho sustentável, passaram a ser presentes posteriormente à prática de atividades em trilhas. As ações envolvem tanto atividades relacionadas diretamente ao meio ambiente, como também relacionadas ao consumo consciente, principalmente em relação à prática das atividades em trilhas.

Os resultados das frequências das ações realizadas foram relacionados com outras variáveis levantadas ao longo das respostas do questionário, para buscar a existência ou não de associação entre realizar as ações e os outros fatores (Tabela 9 – Apêndice 2).

A Tabela 9 apresenta a ordenação das ações sustentáveis declaradas como “sempre” realizadas por pelo menos 50% dos participantes.

Tabela 9. Frequência de ações sustentáveis declaradas como sempre, realizadas pelos participantes praticantes de trilhas.

Ações	Respondentes (%)
Não jogar lixo no chão	89
Desligar as luzes e os equipamentos	68
Utilizar produtos até o seu fim de vida útil	68
Comprar comida de maneira planejada para evitar desperdício	66
Reduzir os resíduos descartados	64
Descartar corretamente pilhas, baterias e óleos	63
Comprar apenas o que vai utilizar	61
Separar os resíduos recicláveis	57

É possível perceber que a ação que mais se destaca é a de “não jogar lixo no chão” (89%), seguida por “desligar as luzes e os equipamentos” e “utilizar produtos até seu fim de

vida útil”. Estas ações em específico eram esperadas de aparecerem nas respostas com maiores frequências, visto serem informações propagadas desde a infância nos primeiros contatos com meio ambiente, em diversas campanhas de conscientização nos meios de comunicação, na educação ambiental em nível acadêmico, normas e legislação, tornando-se por fim uma questão de saber comum. Contudo, Godcke, Naime e Figueiredo (2012) afirmam que quando se trata de percepção ambiental, é necessário ir além do senso comum, pois algumas vezes, podem haver respostas de sentido positivo, não pela percepção real e pelo o que de fato é praticado.

Na tentativa de fortalecer a análise dos dados sobre as práticas sustentáveis frequentemente realizadas pelos participantes praticantes de trilha, fez-se uso de ferramenta estatística, sendo feita análise de dados por meio do teste do Qui-Quadrado (χ^2) para avaliar a hipótese H_0 descrita a seguir.

H_0 – Não existe associação entre o hábito dos participantes em realizar ações sustentáveis e o tempo de prática de trilhas;

H_1 – Existe associação entre o hábito dos participantes em realizar ações sustentáveis e o tempo de prática de trilhas.

Posterior ao teste de hipóteses, foi determinado ainda o valor do Coeficiente de Contingência Modificado (C^*), o qual mede a intensidade da associação entre as variáveis avaliadas.

Os resultados estão apresentados nas Tabelas do Apêndice 2, onde observou-se a influência do tempo de prática de trilhas somente na ação de “Separar os resíduos recicláveis”, com valor do Coeficiente C^* confirmando a força da associação verificada, como Moderada.

As demais ações sustentáveis não apresentaram associação com tempo de prática, aceitando a hipótese H_0 e apresentando valores de C^* baixos, indicando que a realização destes atos pelos participantes não seria influenciada pelo o tempo de prática de trilhas.

Em análise mais minuciosa dos resultados obtidos, observou-se que pela maioria dos participantes da amostra estar a no máximo cinco anos fazendo trilhas, a superioridade do número destes respondentes impediu que se pudesse, pela análise estatística, observar a associação, fator ainda somado a época de realização da pesquisa, durante a pandemia da COVID-19, onde os hábitos sustentáveis não estavam em relevância em relação às preocupações com cuidados de saúde.

Observando-se a Figura 4, que apresenta o tempo de prática dos participantes da pesquisa, pôde-se fazer uma relação do tempo de prática, a idade dos respondentes e a geração a qual pertencem.

Os respondentes com mais de 41 anos de prática de trilhas, em função da faixa etária, encaixam-se no perfil da geração dos *Boomers*, caracterizada pelo consumo de maneira menos racional, sem considerar aspectos da sustentabilidade. Assim, eles tendem a não apresentar uma cultura de planejamento, seja do ponto de vista financeiro ou da redução de desperdícios (ANDRADE, 2019).

Já os respondentes entre 26 e 40 anos de prática se enquadram na geração X. Em geral, esses indivíduos buscam realizar maior planejamento de consumo. Apresentam maior preocupação com as despesas, em função de crises econômicas vivenciadas, relacionadas ao desemprego e instabilidade econômica. Nesse sentido, buscam poupar recursos financeiros, melhor utilizando os produtos adquiridos (COELHO, 2018).

Os que praticam atividades em trilhas nas faixas de até 25 anos, além dos respondentes pertencentes à geração X, podem incluir as Y e Z. Os indivíduos das gerações Y e Z se apresentam como os que possuem maior acesso à informação sobre questões de desperdício, se preocupando mais com as opiniões sociais, o que os levam a buscar boas interações com o meio (FAVIERO e RAUPP, 2020; COELHO, 2018).

Dessa maneira, conforme explicitado anteriormente, é possível concluir de que apesar do tempo de realização das práticas de trilhas não influenciar estatisticamente na realização de ações sustentáveis, o comportamento geracional pode vir a interferir nas escolhas realizadas pelos participantes.

A seguir apresentam-se outras possíveis relações entre características dos participantes e as ações sustentáveis. As Tabelas completas estão nos Apêndices, sendo que na Tabela 10 são mostrados somente os resultados significativos, onde há associação entre a prática de ações sustentáveis e o sexo dos respondentes.

Tabela 10. Associação entre a frequência de ações sustentáveis realizadas após o início das atividades em trilhas e o sexo dos respondentes.

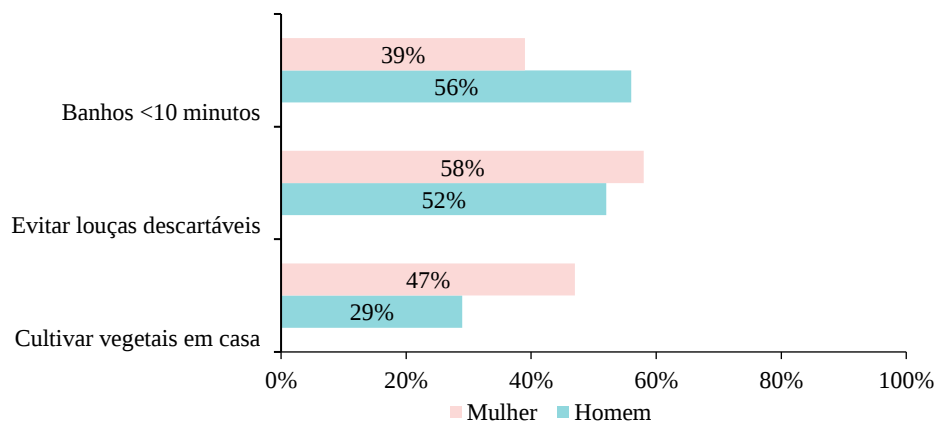
Ações	χ^2_{calc}	C*	Associação
Evitar copos, pratos e talheres descartáveis	8,75*	0,30	Moderada
Tomar banhos com menos de 10 minutos	9,99*	0,30	Moderada
Cultivar alimentos e plantas em casa	10,95*	0,30	Moderada

* - significativo, Rejeita-se H_0 , ao nível de 5% de significância. χ^2 tabelado = 5,99.

Por meio da análise estatística observou-se que as ações sustentáveis que estaticamente possuem algum tipo de influência pelo sexo dos respondentes são: “evitar copos, pratos e

talheres descartáveis”; “tomar banhos com menos de 10 minutos”; “cultivar alimentos e plantas em casa”, todas com os valores do Coeficiente C* de 0,30 confirmando as associações como moderadas. A Figura 7 apresenta a tendência de sempre realizar ações associadas ao sexo dos respondentes.

Figura 7. Tendência de realização das ações associadas ao sexo dos respondentes.



Pela Figura 7 observa-se que o sexo feminino tem maior influência na ação de cultivar alimentos e plantas em casa. De forma análoga, em pesquisa realizada por Silva et al. (2021) em Volta Redonda/RJ, durante entrevistas sobre espécies medicinais utilizadas, os pesquisadores perceberam que as mulheres demonstraram maior conhecimento no cultivo de plantas em suas residências em relação aos homens. Amaral e Guarim Neto (2008) em levantamento sobre os quintais residenciais no município de Rosário Oeste (MT) constataram a responsabilidade de manutenção exercida, principalmente, pelas mulheres. Segundo Oakley (2004), em muitas culturas, as mulheres são as responsáveis pela manutenção dos sistemas de quintais domésticos.

Nos atos de “evitar copos, pratos e talheres descartáveis”, a influência dos sexos equiparou-se, estando acima de 50%, práticas simples, que assim como “não jogar lixo no chão” que podem ter a frequência de ação ainda aumentada. De acordo com Matos (2013) as opções individuais e comportamentos de consumo conscientes são percebidos como a nova estratégia de mudanças rumo à sociedade sustentável.

Plásticos descartáveis, na forma de utensílios de serviço de alimentação, frequentemente utilizados em festas, cerimônias, locais públicos e de entretenimento, tem consumo largamente difundido e junto com as sacolas plásticas, representam os principais componentes de resíduos sólidos urbanos secos (THANH, MATSUI e FUJIWARA, 2011; JAHANIA, DEHDARIA e FARZADKIAB, 2018). Para Calegari e Cezar (2019) a diminuição

do uso excessivo de plásticos descartáveis, é necessária a criação de alternativas de conscientização da sociedade sobre os malefícios para o meio ambiente.

Em termos de banhos rápidos os homens foram maioria (56%). De acordo com o Ministério de Minas e Energia, na estrutura de consumo residencial de energia elétrica, estima-se que o aquecimento de água responde por 25% do consumo de eletricidade nos domicílios, principalmente nas regiões Sul e Sudeste – onde o chuveiro elétrico apresenta maior difusão entre as residências (BRASIL, 2006). Segundo Araujo et al. (2016) um dos maiores responsáveis pelo desperdício de água em residências, são os banhos demorados, onde já houve remoção total dos resíduos corporais e mesmo assim os indivíduos continuam demorando no banho sem outra função a se exercer. Ainda segundo os autores, com a escassez da água e a crise hídrica, o desperdício não afeta apenas em gastos com consumo, mas também, compromete as gerações futuras e o meio ambiente pela falta de água potável já notada atualmente.

Outra associação avaliada foi entre a prática de ações sustentáveis e a região de residência dos respondentes (Tabela 11).

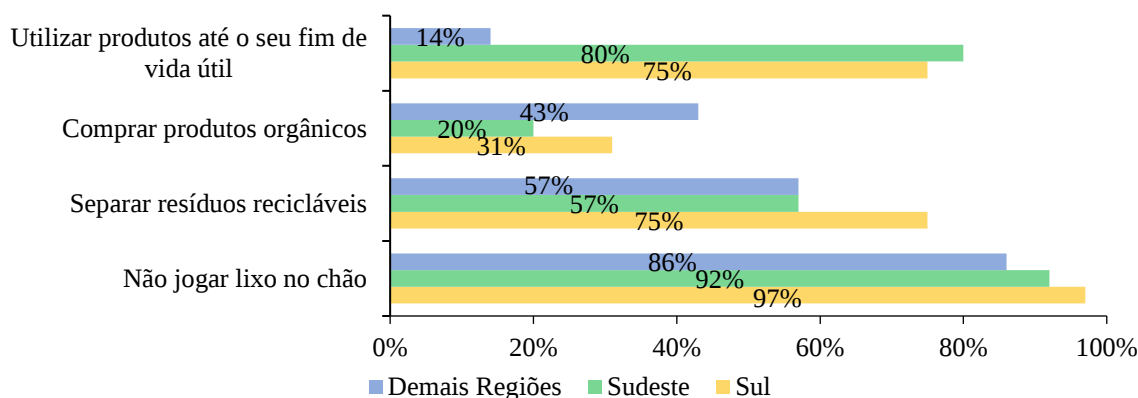
Tabela 11. Associação entre a frequência de ações sustentáveis realizadas após o início das atividades em trilhas e a região de residência dos respondentes.

Ações	χ^2	C*	Associação
Não jogar lixo no chão	22,60	0,38	Moderada
Utilizar produtos até o seu fim de vida útil	22,98	0,55	Moderada
Separar os resíduos recicláveis	10,32	0,30	Moderada
Comprar produtos orgânicos	11,03	0,30	Moderada

* - significativo, Rejeita-se H_0 , ao nível de 5% de significância. χ^2 tabelado = 9,49

Observa-se que as ações que demonstraram possuir influência de realização em função da região de residência são: “utilizar produtos até o seu fim de vida útil”; “não jogar lixo no chão”; “comprar produtos orgânicos” e “separar os resíduos recicláveis” (Figura 8). É válido ressaltar que a ação “não jogar lixo no chão” foi a mais citada pelo total de participantes na pesquisa independente de sexo e idade.

Figura 8. Frequência de sempre realizar ações ambientais em relação ao local de residência dos respondentes.



Os altos níveis de frequência da realização de ações relacionadas com resíduos, por parte dos respondentes da região Sul do Brasil, podem ser explicados através do Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana - ISLU (2022). O ISLU demonstra que esta região do país é a única com perspectiva de extinguir totalmente os lixões até 2030. Entre 2017 e 2022, houve um salto de 70% para 90% dos municípios que descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada. Enquanto isso a média do país gira em torno de 50% desde a primeira edição do Índice em 2016.

A utilização dos produtos até o seu fim de vida útil aparece com maior representatividade na região Sudeste (Figura 8). Esta ação reflete o oposto encontrado no Indicador de Consumo Consciente (SPC, 2015), que apresenta a região Sudeste do país com a maior participação dos consumidores não conscientes. Essa divergência poderia ser apresentada em função da pesquisa do SPC abranger todos os tipos de consumidores, e não apenas aqueles que de alguma maneira possuem contato com o meio natural.

Em contrapartida, o consumo de orgânicos aparece em destaque nas demais regiões do país (Figura 8), refletindo o cenário apresentado pelo Panorama do Consumo de Orgânicos no Brasil entre 2019-2021 (ORGANIS, 2021). O estudo aponta um crescimento de 129% no consumo de orgânicos no Centro-Oeste, tornando-se a região com maior percentual de consumidores do país. O Nordeste, por sua vez, teve um aumento de 20% para 32% no consumo de orgânicos.

Em resposta a quanto se consideram preocupados com o Meio Ambiente, 63% dos participantes se consideram muito preocupados e 33% se preocupam de maneira moderada. Esse aguçamento da percepção ambiental também foi observado por Lucena, Silva e Brasileiro (2013), ao verificarem que a prática de kitesurf, em João Pessoa – PB, agrega benefícios aos praticantes, como uma maior sensibilidade ao meio ambiente.

Quando questionados sobre o conhecimento dos problemas ambientais ocorrentes em sua região de residência, 65,6% dos participantes afirmaram que tem ciência (Tabela 12) e os citaram.

Tabela 12. Conhecimento de problemas de cunho ambiental na cidade de residência dos participantes.

Problemas ambientais na cidade de residência	Respondentes	
	Número	%
Conhecem e citam problemas	205	65
Não conhecem problemas	41	13
Abstenção de respostas	67	22

Entre os problemas ambientais mais citados pelos respondentes estão: a poluição de recursos naturais na região, escassez hídrica, falta de educação ambiental aos moradores, carência de orientação sobre descarte de resíduos e desmatamento.

Essa parcela significativa indica que os praticantes de trilhas do estudo em questão tendem a possuir uma percepção ambiental aguçada sobre os problemas da cidade. Segundo Gomes (2013), a interação do homem com o meio ambiente ajuda na compreensão além do biológico, passando também por processos de criação de culturas, histórias e políticas de transformação. Resultados semelhantes foram obtidos por Moreira e Schwartz (2010), mostrando que, mesmo de forma indireta, observaram reflexões e mudanças de cunho positivo na atitude dos participantes de trilhas de aventura quanto à percepção do meio ambiente.

Do ponto de vista da locomoção até o trabalho, 24% dos participantes afirmaram utilizar transporte público ou fretado pela empresa. Essas alternativas, por serem coletivas, tendem a contribuir para menores emissões de compostos tóxicos. Outras mais sustentáveis foram a pé ou de bicicleta, com 12% e 6%, respectivamente. Contudo, o carro próprio, que do ponto de vista ambiental é o mais prejudicial, ainda é utilizado por 35% dos participantes.

É importante ressaltar que os respondentes que utilizam carros próprios estão 98% localizados nas regiões Sudeste e Sul do país. Segundo Rodrigues, Azevedo e Ribeiro (2019), essas regiões representam 74% de todos os automóveis disponíveis no Brasil. Os aumentos nos volumes de utilização de veículos próprios e crescimento na motorização dos brasileiros dessas regiões aconteceram no período de crescimento econômico, também causas estruturais, uma vez que são regiões onde estão localizadas metrópoles do país.

Outros pontos apresentados aos respondentes consistiram em evidenciar ações realizadas durante a prática das atividades em trilhas, a fim de identificar a percepção ambiental. Entre as oito questões disponibilizadas para serem selecionadas durante o processo de coleta de respostas, cinco eram consideradas impróprias do ponto de vista dos cuidados com o meio ambiente.

Das cinco, quatro apareceram como práticas adotadas pelos respondentes. Entre elas: “deixam os resíduos orgânicos ou restos de alimentos na natureza como adubo”; “descartam as

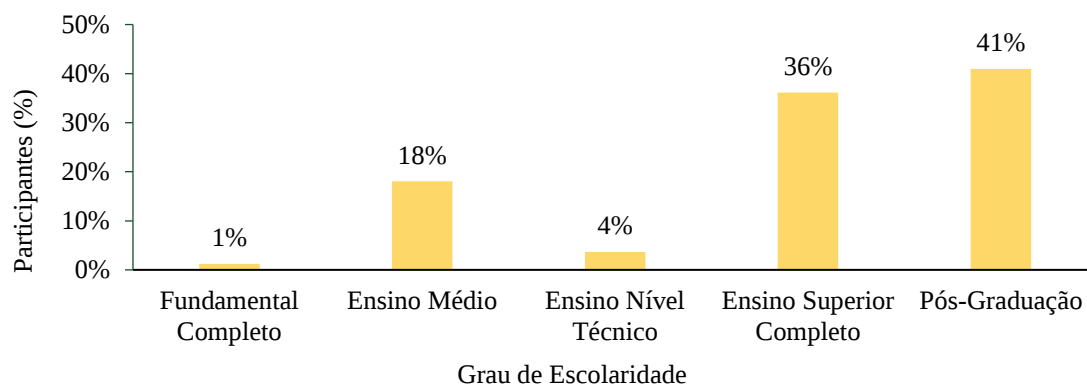
sementes dos alimentos”; “alimentam animais que encontram nas trilhas” e “usam equipamentos de som durante as trilhas”, ações praticadas por 26%, 8%, 4% e 3% dos participantes, respectivamente.

A ação inadequada de maior representatividade foi o descarte de resíduos orgânicos como adubo (26% dos participantes) com realização concentrada em 76% nos respondentes que praticam a atividade até 10 anos.

O descarte de resíduo orgânico e de sementes dos alimentos diretamente na natureza, durante a realização das atividades de trilhas, pode parecer uma atitude sustentável, pela conceituação de que virariam composto para o solo. Porém, a ação pode acarretar mudanças nos ecossistemas e na biodiversidade do ambiente natural. A demora na decomposição pode afetar a fauna dos locais, gerando impactos como contaminação de espécies e dispersão de sementes não nativas, causando desequilíbrio. Essa postura vai ao encontro da necessidade de cuidado dos impactos no meio natural, que por menores que sejam, podem acarretar mudanças significativas ao longo do tempo (FREITAS, MAGALHÃES e GUAPYASSÚ, 2002; BAUMGARTNER, 2020).

Na Figura 9, foi possível perceber que quanto maior o grau de escolaridade, maior a prática de ação inadequada referente aos resíduos orgânicos, sendo maior a concentração no grupo dos respondentes que possuem pós-graduação. Este resultado diverge dos identificados por Dias et al. (2018) e por Constantin et al. (2019), que afirmam que quanto maior a escolaridade, maior o nível de educação ambiental dos indivíduos, ressaltando que o nível escolaridade afeta diretamente o processo de percepção. E também dos resultados apresentados por Santos e Cruz (2015), que afirmam que o grau de escolaridade não afeta o conhecimento e a percepção ambiental dos visitantes do Parque Zoobotânico Arruda Câmara, em João Pessoa – PB.

Figura 9. Relação do descarte de resíduos orgânicos como adubo na natureza com grau de escolaridade.



É importante salientar que a maioria dos participantes afirma realizar as ações elencadas como positivas para o meio ambiente durante a prática de trilhas, como: “guardar os resíduos de maneira geral até encontrar um lugar apropriado” (97%); “não ouvir música durante a prática das atividades” (66%) e “apagar fogueiras antes de se retirar do local” (18%).

No que tange ao consumo de roupas e equipamentos para trilhas, foram colocadas à disposição dos participantes questões a serem ditas como influência nas escolhas tanto em relação ao consumo por relações econômicas (preço/qualidade), quanto às questões ligadas diretamente ao consumo consciente e meio ambiente (empresa de produção sustentável/não consumo de roupas e equipamentos específicos).

Olhando de maneira macro, o preço do produto e qualidade (54% e 52%, respectivamente) foram os fatores apontados como mais relevantes no momento da compra.

Aqueles que consideraram apenas o preço como fator relevante, sem observar qualidade ou questões ligadas à sustentabilidade, representaram 70% dos respondentes, que são pertencentes às classes econômicas C e D. Estes grupos possuem consciência de preço e praticam controle financeiro com o que não consideram item essencial de subsistência. Além disso, a visão de fartura aparece como fator relevante, e que pode ser alcançada sob menores preços (DOLAN, 2002; AGUIAR, TORRES e MEIRELLES, 2003).

Os que não comprem roupas direcionadas especificamente à prática de trilhas, 69%, também estão inclusos nas classes C e D. Já os que consideram a qualidade como fator relevante, 64%, estão inclusos nas classes C, B e A, ou seja, apresentam faixas de salários por família até mais de R\$22.000,00.

Quanto àqueles em que a escolha é baseada em marcas de produção sustentável, 57% estão inclusos nas classes C, B e A. Assim, é possível concluir que grupos com menor poder aquisitivo tendem a buscar um consumo que atenda à restrição econômica ou que até mesmo não comprem, superando, na escolha, fatores relacionados à sustentabilidade ou qualidade.

Dessa maneira, dentro universo do consumo sustentável, a prática de trilhas pode perder o peso nas escolhas, por serem influenciadas por fatores econômicos, tal como evidenciado por Garcia e Santos (2019) e Nascimento et al (2021).

E, por fim, em relação à escolha do local de residência, a distribuição entre as motivações foram relativamente equitativas. Dos participantes, 32% escolheram o local pela proximidade com o trabalho; 32% em função do valor do aluguel ou da compra do imóvel; 30%, dada a existência de áreas verdes na proximidade e 30%, por estarem próximos ao centro da cidade.

Porém, é importante ressaltar que 8% dos participantes escolheram estar longe dos centros das grandes cidades, indo ao encontro do identificado por Gomes (2013), sobre a busca do homem por lugares fora dos padrões urbanos, para vivenciar o meio natural. Ainda que seja uma das menores taxas, é perceptível que as questões sociais, como o custo do local de residência e a proximidade com o trabalho (visando reduzir tempo de trânsito, custos financeiros) influenciaram na tomada de decisão dos respondentes.

6 CONCLUSÃO

O trabalho conseguiu atingir o objetivo geral do delineamento do perfil dos praticantes de trilhas. Entre os respondentes, a maior participação está elencada no grupo de com até 5 anos de prática, sendo a maioria do sexo feminino, com a faixa etária entre 22 e 32 anos, solteiros, com nível de escolaridade alta, de classe econômica C e com tendência de permanência na prática da atividade.

Conclui-se que estatisticamente o tempo de prática de trilhas e a escolaridade não apresentaram associação com a execução de ações sustentáveis por parte dos participantes. Apenas para o sexo e a região de residência foram identificadas associações.

As motivações de práticas revelam que essas atividades hoje podem estar mais relacionadas com saúde mental e distração do que com uma prática de exercício físico. Essa alteração de motivação pode estar relacionada com o cenário pós pandemia do COVID-19, que restringiu o contato entre as pessoas. O que explicaria um alto número de praticantes nos últimos anos, por tratar-se de uma atividade de pouca ou nenhuma aglomeração.

A prática de trilhas pode aguçar a percepção ambiental para problemas do meio de vivência dos entrevistados e revelar um desejo pela fuga dos centros urbanos e consequentemente uma retomada com o meio natural.

E por fim, conclui-se que a renda e o pensamento geracional podem trazer impactos no comportamento de consumo consciente, evidenciados no tipo de compra para atividades durante as trilhas e no cotidiano; na utilização dos produtos até seu fim de vida útil.

7 REFERÊNCIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15505-2. Turismo com atividades de caminhada Parte 2: Classificação de percursos*. Brasil:ABNT,2008.
- AGUIAR, L.; TORRES, H.G; MEIRELLES, R. *O consumidor de baixa renda*.2003. Disponível em: <https://statics-americanas.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/5935310.pdf>. Acesso 10 ago. 2022
- ALBUQUERQUE, B. P. *As relações entre o homem e a natureza e a crise socioambiental*. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.
- AMARAL, C. N. do; GUARIM NETO, G. *Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil)*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas [online]., v. 3, n. 3, p. 329-341, 2008.
- AMORIM, S.; BITENCOURT, V. *Trekking – Enduro / Rally a Pé*. Atlas do Esporte no Brasil, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/116.pdf> . Acesso em 02 nov. 2021.
- ANDRADE, P. *De geração a geração: como o comportamento afeta o consumo e vice-versa*. 2019. Disponível em: <https://revistashoppingcenters.com.br/capa/de-geracao-a-geracao-como-o-comportamento-afeta-o-consumo-e-vice-versa/>. Acesso em 24 mai 2022.
- ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. *Manejo de trilhas: um manual para gestores*. IF Série Registros, São Paulo, v. 35. p. 1-74, 2008.
- ANDRADE, W.J. *Implantação e manejo de trilhas*. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília. 2003.
- ARAÚJO, A. S., TIMM, L. L., MELLO, S. L., ARRUDA, A. C. S., PAIVA, G., MOREIRA, R. G., FREITAS, C. A. *Técnicas e dispositivos para um banho inteligente*. REMIPE - Revista De Micro E Pequenas Empresas E Empreendedorismo Da Fatec Osasco, v.2, n. 1, p. 3 – 18, 2018.
- ARAÚJO, J. S.; VETTORAZZI, K. M. *A sustentabilidade de produtos e serviços enquanto pré-requisito ao consumo consciente*. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 109-126, jan. 2010. ISSN 2179-8214.
- ARMAS, C. A.; INÁCIO, H. L de D. *Seres humanos e natureza: o lazer como mediação*. Licere, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 1-29, jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/811/19723>. Acesso em 03 jul. 2021
- AUDINO, V. *Elaboração de um instrumento sobre a percepção ambiental da população urbana para a sustentabilidade de cidades*. Ouro preto, Mg. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições, v. 70, 2017.
- BARROS, M.I.A. *Caracterização da Visitação, dos Visitantes e Avaliação dos Impactos Ecológicos e Recreativos do Planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. 2003. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais), Universidade de São Paulo, Piracicaba.
- BAUMGARTNER. *Lixo na trilha: despejar ou não orgânicos e sementes na*

natureza?.2020. Disponível em: <https://abeta.tur.br/pt/lixo-na-trilha-despejar-ou-nao/>. Acesso em 02 jun. 2022.

BETRÁN, A. O., BETRÁN, J. O. *Análisis de la demanda potencial de las actividades físicas de aventura en la naturaleza en la ciudad de Barcelona*. Apunts: Educación Física Y Deportes, Barcelona, n. 52, 1998, p.92-102.

BITTENCOURT, R. N. *A antinatureza do consumismo*. Revista Espaço Acadêmico, v. 16, n. 187, p. 83-97, 6 dez. 2016.

BRANDALISE, L. T., BERTOLINI, G. R. F., ROJO, C. A., LEZANA, A. G. R., POSSAMAI, O. *A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental*. Revista Gestão & Produção, São Carlos, v.16, n.2, p.273-285.2009

BRASIL. *Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)*.

_____. *Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em 19 out. 2021.

_____. Ministério da Economia. *Salário mínimo de R\$ 1,1 mil em 2021 respeita as regras fiscais e não fere o Teto de Gastos*.2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/dezembro-1/salario-minimo-de-r-1-1-mil-em-2021-respeita-as-regras-fiscais-e-nao-fere-o-teto-de-gastos-1>. Acesso em 08 dez. 2022.

_____. Ministério de Minas e Energia, *Estudos s da Matriz Energética Brasileira 2003-2023*, Brasília, DF, 2006

_____. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/ecoturismo-orientacoes-basicas.pdf>. Acesso em 01 mai. 2022.

_____. Ministério do Turismo. *Unidades de conservação superam número de visitantes em 2021*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2022/04/unidades-de-conservacao-superam-numero-de-visitantes-em-2021#:~:text=Unidades%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20superam%20n%C3%BAmero%20de%20visitantes%20em%202021,-Em%202021%2C%20estes&text=Evidenciando%20o%20crescimento%20do%20ecoturismo,milh%C3%B5es%20de%20visitas%20em%202021>. Acesso em 05 jun. 2022.

_____. *Portaria conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018*. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade – Red eTrilhas e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Órgão: Ministério do Meio Ambiente/Gabinete do Ministro Ed. 206. Seção: 1, Pág. 73 Disponível em < http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47099695/do1-2018-10-25-portaria-conjunta-n-407-de-19-de-outubro-de-2018-47099425>. Acesso em 22 nov.2021.

_____. Secretaria Nacional da Família. *Famílias e Filhos no Brasil*. 2018.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>. Acesso em 05 dez. 2022.

BRITO SILVA, R.T.; BRITO SILVA, R. T.; COSTA, S.L. *As consequências socioambientais provenientes da cultura do consumismo, como formas de um retrocesso ao preceito constitucional de um meio ambiente ecologicamente equilibrado*. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 324-346, dez. 2018. ISSN 2179-8214.

BUENO, F.P.; PIRES, P.S. *Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza*. 2006

CARLSEN, L.; BRUGGEMANN, R. *Environmental perception in 33 European countries: an analysis based on partial order*. Environment, Development and Sustainability, v. 22, n. 3, p. 1873-1896, 2020.

CARVALHO, J., BÓÇON, R. *Planejamento do traçado de uma trilha interpretativa através da caracterização florística*. Revista Floresta, Paraná, v.34, n.2, p. 23-32.2004

CHIM-MIKI, A.F. et al. *Hiking turístico no espaço rural: pesquisa-ação na comunidade quilombola de Caiana dos Matias — Serra Redonda/PB*. Revista Acadêmica Observatório De Inovação Do Turismo, [S.l.], p. 102 -130, abr. 2019. ISSN 1980-6965. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/5233/2870>. Acesso em 01 dez 2021.

COELHO, A.M.R. *As diferenças de comportamento entre a geração X e a geração Z nas redes sociais no caso particular das marcas de moda*. 2018. Disponível em https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/9752/1/6282_13343.pdf. Acesso em 01 de jun. 2022.

COLLE, et al. *Gerações E Estilos De Aprendizagem: Uma Análise Do Curso De Ciências Contábeis Pelo Método Kolb*. 2017. Disponível em <https://anpcont.org.br/pdf/2017/EPC699.pdf>. Acesso em 03 jun. 2022.

COON, J. Thompson et al. *Does Participating in Physical Activity in Outdoor Natural Environments Have a Greater Effect on Physical and Mental Wellbeing than Physical Activity Indoors? A Systematic Review*. Environmental Science & Technology, v. 45, n. 5, p. 1761-1772, mar. 2011. American Chemical Society (ACS). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1021/es102947t>> Acesso em: 10 de jun. 2022.

Costantin, et al. *Influência Do Nível De Escolaridade Na Percepção Ambiental Da População Local Sobre O Monumento Natural Das Árvores Fossilizadas Do Tocantins (MNAFTO)*. Revista Estudo & Debate. 26. 10.22410/issn.1983-036X.v26i2a2019.1976.

Cruz, F. T. P. (2015). *Ecoturismo de base comunitária: diagnóstico para uma construção participativa na barra do Rio Mamanguape-PB*. Disponível em : <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9045/2/arquivototal.pdf>. Acesso em 10 jan 2022.

DALL'OGGIO, O. T.; SHENG, L. Y.; BENITEZ, N. H. M. *Perfil dos visitantes do Parque dos Buritis, município de Lucas do Rio Verde-MT*. Nativa, Sinop, v. 5, n. 2, p. 107-113, mar./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/4296>. Acesso em: 25 mai. 2022.

DE BELGRADO, Carta. *Una estructura global para la educación ambiental*. Extraído el, v. 27, 1975. Disponível em: http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf. Acesso em 18 out. 2021.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DIAS, S.L.F.G. *Consumo e Meio Ambiente: uma modelagem do comportamento para reciclagem a partir das teorias cognitivo-comportamentais*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Fundação Getúlio Vargas, 2008.

DOLAN, P. The sustainability of sustainable consumption. *Journal of Macromarketing*, 2002. 22(2), 180-181.

DRUMM, A., MOORE, A. 2002. *O que é ecoturismo*. In: Desenvolvimento do ecoturismo – um manual para os profissionais de conservação, v. 1. The Nature Conservancy, Arlington, pp. 15-22.

EFFTING, T. R. *Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios*. Marechal Cândido Rondon, 2007. 78p. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon.

EISENLOHR, P.V. et al. *Trilhas e seu papel ecológico: O que temos aprendido e quais as perspectivas para a restauração de ecossistemas?* *Hoehnea*, v. 40, n. 3, p. 407-418, 2013.

FAVIERO, Cynthia; RAUPP, Monique. *A Gestão Ambiental Domiciliar praticada pelas gerações Baby Boomers, X e Y*. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade* (ISSN 2318-3233), v. 10, n. 1, p. 87, 2020.

FEMERJ - Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro. *Metodologia de Classificação de Trilhas*. 2015. Disponível em <<http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-STM-2015-01-metodologia-de-classificacao-de-trilhas.pdf>> Acesso em 11 set. 2021.

FERNANDES, R.S. et al. *Uso da Percepção Ambiental Como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental*. 2004. Disponível em <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 03 out. 2020

FERNANDES, V.D.C. *Consumo consciente: em busca de um instrumento que determine o perfil deste consumidor*. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

FEITOSA, Z. M. L. *O Conceito De Natureza: Os Gregos Tinham Razão*. *Journal of Philosophy*. 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/article/view/16286/12077> . Acesso em: 10 abr. 2021.

FIGUEIREDO, J. P.; SCHWARTZ, G. M. *Atividades de aventura e educação ambiental como foco nos periódicos da área de educação física*. *Motriz: revista de Educação Física*, Rio Claro, v. 19 n. 2, p. 417-419, abr./jun. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/motriz/a/C87qkKKYTZzYFrZgFnTZbHb/abstract/?format=html&lang=pt>>. Acesso em 10 mai. 2021.

- FGV. *Qual A Faixa De Renda Familiar Das Classes*. 2014. Disponível em: <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>. Acesso em 13 set. 2021.
- FREITAS, H. et al. *O método de pesquisa Survey*. Revista de Administração, São Paulo, v.35, n.3, p. 105 – 112, 2000
- FREITAS, W.K.; MAGALHÕES, L.M.S.; GUAPYASSU, M.S. *Potencial de uso público do Parque Nacional da Tijuca*. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/2560/1583>. Acesso em 03 jan. 2021.
- GARCIA, A.M.; SANTOS, A. A transição para o consumo sustentável em contextos de baixa renda: visão geral, barreiras e contradições. 2019. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-transio-para-o-consumo-sustentavel-em-contextos-de-baixa-renda-viso-geral-barreiras-e-contradies-30290>. Acesso em 10 ago. 2022.
- GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Sexta Edição. São Paulo Editora Atlas, 2008. Disponível: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/GIL-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>>. Acesso em: 8 de ago. de 2021.
- GLADWELL et al. *The great outdoors: how a green exercise environment can benefit all*. *Extreme Physiology & Medicine*, v. 2, n. 1, p. 1-7, jan. 2013. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1186/2046-7648-2-3>>. Acesso em 10 jun. 2022.
- GODECKE, M. V.; NAIME, R.H.; FIGUEIREDO, J. A.S. *O consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil*. Revista Eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental, v. 8, n. 8, p. 1700-1712, 2012.
- GOMES, K.M.D. *Lazer e esporte na natureza: uma reflexão sobre a prática da caminhada esportiva mais conhecida como "trekking"*. 2013. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Goiás, Uruana, 2013.
- GOMES, O. C.; ISAYAMA, H. F. *Corridas de aventura e lazer: um percurso analítico para além das trilhas*. Motriz: revista de Educação Física, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 69-78, jan./mar. 2009. Disponível em <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1472/2219>.. Acesso em 10 mai. 2022.
- GUIMARÃES, P.R.B. *Análise de Correlação e medidas de associação*. 2017. Disponível em <<https://docs.ufpr.br/~jomarc/correlacao.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2022
- GUIMARÃES, T.O.; MARIANO, G. *Use of Trails as a Geoconservation Strategy*. Anuário do Instituto de Geociências, v. 38, n. 1, p. 40-53. 2015
- ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Manual de sinalização de trilhas*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/manual_de_sinalizacao_de_trilhas_ICMBio_2018.pdf> Acesso em 11 set. 2021
- _____. *Destinos de Ecoturismo*. 2019. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10228-19-destinos-de-ecoturismo-para-aproveitar-em-2019>. Acesso em 07 ago 2022

INSTITUTO AKATU. *Responsabilidade Social das Empresas, Percepção do Consumidor Brasileiro*. 2010. Disponível em < [https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/file/pesquisa-responsabilidade-social-das-empresas-percepcao-do-consumidor-brasileiro-2013-2010\(2\).pdf](https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/file/pesquisa-responsabilidade-social-das-empresas-percepcao-do-consumidor-brasileiro-2013-2010(2).pdf)> Acesso em 17 de outubro de 2020.

_____. *Teste de Consumo Consciente*. 2020. Disponível em: <https://tcc.akatu.org.br/>. Acesso em 15 out. 2020.

ISLU. *Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana*. 2022. Disponível em <https://selur.org.br/wp-content/uploads/2022/10/ISLU-2022a.pdf>. Acesso em 02 nov 2022.

JAHANIA, A., DEHDARIA, T.; FARZADKIAB, M. M. *Iranian experiences in terms of consumption of disposable single-use plastic: Introduction to theoretical variables for developing environmental health promotion efforts*. *Environmental Toxicology and Pharmacology*, v. 65, p. 18-22, 2018.

JUNG, C. F.. *Metodologia aplicada a projetos de pesquisa: Sistemas de Informação & Ciência da Computação*. Taquara, 2009. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Metodologia Cient%C3%ADfica Carlos%20Fernando%20Jung.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2021.

KOSMUS, M. et al. *Princípios de Avaliação de Serviços Ecológicos para Impacto em Políticas Públicas – Elementos, métodos, ferramenta e dicas*. 2018. Disponível em < <http://diretoriopre.mma.gov.br/index.php/category/35-bmub-teeb-conservacao-da-biodiversidade-atraves-da-integracao-de-servicos-ecossistemas-em-politicas-publicas-e-na-atuacao-empresarial?download=908:comp-empresarial-comp-pol-publ-principios-de-avaliacao-de-servicos-ecossistemas-para-impacto-em-politicas-publicas>>. Acesso em 27 abr. 2021.

KREMER, J. *Caminhando rumo ao consumo sustentável: uma investigação sobre a teoria declarada e as práticas das empresas no Brasil e no Reino Unido*. PPG em Ciências Sociais. PUCSP, São Paulo, 2007. 323 p.

KRZYSCZAK, F. R. *As Diferentes Concepções De Meio Ambiente E Suas Visões*. *Revista de Educação do Ideau (Online)*. v. 11, nº 23, 17p., 2016. Disponível em https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/9c9c1925f63120720408c5260bb0080d355_1.pdf. Acesso em 10 de abr. 2021

LUCENA, A. B.; SILVA, P. P. C.; BRASILEIRO, M. D. S. *A prática do kitesurf e o universo da preservação ambiental*. *Licere*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-18, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/678>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MACHADO, L. M. C. P. *A Percepção do Meio Ambiente como Suporte para a Educação Ambiental*. 1995. Disponível em <http://ecologia.ib.usp.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=18&Itemid=426>. Acesso em 30 abr. 2021.

MAGRI, T.C.S. et al. *Mapeamento, classificação e certificação de rotas de trekking em uma área do Parque Nacional da Serra da Canastra (MG)*. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.11, n.4, 2019, pp.645-672.

MAINIERI, G.M. *Perfil dos Praticantes de Caminhadas Ecológicas: um estudo*

exploratório-descritivo. Porto Alegre, junho de 2008. (Universidade Federal do Rio grande do Sul, escola de Educação Física).

MARAFÁ, L.M.; TING, H.Y.; CHEONG, C.K. *Perceived benefits of hiking as an outdoor recreation activity in Hong Kong*. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 10, n. 2, 2007.

MARIN, A. A., *Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental*. Pesquisa em Educação Ambiental, vol.3, n.1, p.203-222, 2008

MATOS, E. B. *Comportamento e meio Ambiente - Um estudo comportamental de intenção de não uso de sacolinhas de plástico*. RAGE, v. 20, n. 2, p. 217- 232, 2013.

MELLO, F.A.P. *Contribuição para a Sistematização de Classificação Morfológica e Funcional de Trilhas em Áreas Protegidas*. Anais do Uso Público em Unidades de Conservação, v. 7, n. 11, p. 01-14, 2019.

MERENGUE, D. *Revista Brasileira de Psicodrama*. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932012000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25 set. de 2022

MINEIRO, M. *Pesquisa de Survey e Amostragem: Aportes Teóricos Elementares*. 2020. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7677>. Acesso em 12 out. 2022.

MIRANDA, A. *Ir à horta e observar os animais são recursos para aproximar crianças da natureza no distanciamento*. 2020. Disponível em <<https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/ir-a-horta-e-observar-os-animais-sao-recursos-para-aproximar-criancas-da-natureza-no-distanciamento/>>. Acesso em 31 mai. 2022.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Serviços Ecossistêmicos*. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ecossistemas-1/conservacao-1/servicos-ecossistemicos/servicos-ecossistemicos-1..> Acesso em 20 abr. 2021

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Classes C e D, um novo mercado para o turismo brasileiro*. 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000021.pdf>. Acesso em 29 set. 2022

MONTIBELLER FILHO, G. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 3ª. rev. e atual. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MOREIRA, J. C. C.; SCHWARTZ, G. M. “*Caminho da fé*”: reflexões sobre lazer e ambiência. Motriz: revista de Educação Física, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 559-570, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n3/a03v16n3.pdf>. Acesso em 02 jun. 2022.

NASCIMENTO et al. 2021. *Como consumidores de baixa renda estabelecem uma relação entre o autocontrole, a consciência de preço e o consumo sustentável?* Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tpa/article/view/59749>. Acesso em 03 mai. 2022

NATERCIA, F. *Infância próxima à natureza estimula preocupação ambiental na vida adulta*. Cienc. Cult., São Paulo, v. 59, n. 1, p. 22, Mar. 2007. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-

67252007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2021.

NAVES, J. G. P.; BERNARDES, M. B. J. *A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental*. Revista Geosul, v. 29, n. 57, p. 8-26, 2014.

NERI, M. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Disponível em <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf>. Acesso em 05 jun. 2022

NUNES, A.C.S.; OLIVEIRA, D.G.S; WILDHAGEN, G.M.E.S. Trilhas: motivações e percepções dos participantes de um grupo do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/download/662/397/>. Acesso em 11 jun. 2022.

OAKLEY, E. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*, v. 1, n. 1, p. 37-39, 2004.

OCHOA, C. *Amostragem não probabilística: Amostra por conveniência*. 2015. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-conveniencia>. Acesso em 24 out. 2022.

OLIVEIRA, L. *Percepção do meio ambiente e geografia*. OLAM Ciência e Tecnologia, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 14-28, nov. 2001. Disponível em <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/11750>> . Acesso em 10 de agosto de 2021.

ORGANIS. *Panorama do consumo de orgânicos no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.organicsnet.com.br/site/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-Organis-2021-Amostra.pdf>. Acesso em 10 dez. 2022.

PAIXÃO, J. A. et al. Risco e aventura no esporte na percepção do instrutor. *Psicologia & Sociedade*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 415-425, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a23v23n2.pdf>. Acesso em 10 set 2021.

PERCEPÇÃO. In: DICIO, *Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/percepcao/>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PEREIRA, A.O.K., HORN, L.F.D.R. *Relações de Consumo, Meio Ambiente*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009. 232p. Disponível em: <http://35.238.111.86:8080/xmlui/handle/123456789/564>>. Acesso em 15 mai. 2021.

PINTO, M. R.; BATINGA, G. L. *Revista Gestão .Org*, v. 14, Edição Especial, 2016. p 30-43 ISSN 1679-1827. Disponível em< <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg>>. Acesso em 15 de maio de 2021.

PINHEIRO, C.R.S.; MOURA, M.M.; BEZERRA, M.S. *Políticas Públicas Para O Desenvolvimento Sustentável: o ecoturismo de base comunitária na Resex de Cururupu-Ilha dos Lençóis/MA*. 2015. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo9/politicas-publicas-para-o-desenvolvimento-sustentavel-o-ecoturismo-de-base-comunitaria-na-resex-de-cururupu-ilha-dos-lencois-ma.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2022.

PRETTY, Jules et al. The mental and physical health outcomes of green exercise. *International Journal of Environmental Health Research*, v. 15, n. 5,p. 319-337, out. 2005. Informa UK Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09603120500155963>>.

Acesso em: 10 jun. 2021.

RAMBO, G.C.; ROESLER, M.R.B. Vivência com a natureza no ambiente escolar na primeira infância e sua relevância para construção do respeito e cuidados com o meio ambiente. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2698/1643>. Acesso em 14 mai. 2022.

REIS, D.F. et al. *Atividade Física ao Ar Livre e a Influência na Qualidade de Vida*. Colloquium Vitae, [S.L.], v. 9, n. , p. 191-201, 15 dez. 2017. Associação Prudentina de Educacao e Cultura (APEC).

REIS, M. M.. *Análise bidimensional (Cap. 3)*. 2017 Disponível em <http://www.inf.ufsc.br/~marcelo.menezes.reis/Cap3.pdf>. Acesso em 13 jul. 2022.

RIBEIRO, P.F.F.A. et al. *Processo de liofilização de produtos alimentares perecíveis*. 2012. Tese de Doutorado. Disponível em < <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2138/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2021.

RODRIGUES, M. L., MALHEIROS, T. F., FERNANDES, V., DARÓS, T. D. *A Percepção Ambiental como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais*. Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p. 96-110, 2012

RODRIGUES, J.M; AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L.C.Q. *Mapa da motorização individual no Brasil – Relatório 2019*. 2019. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Disponível em : https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/09/mapa_moto2019v2.pdf. Acesso em 10 set. 2022.

ROMEIRO, A. R. *Economia ou economia política da sustentabilidade*. IE/UNICAMP, Campinas, n.102, 2001. Disponível em: <[http://cursa.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia ou economia da política da sustentabilidade.pdf](http://cursa.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia%20ou%20economia%20da%20pol%C3%ADtica%20da%20sustentabilidade.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2020.

RUPPENTHAL, S.; DICKMANN, I.; BERTICELLI, I. A. *Percepção ambiental*. Revista Educação em Questão, v. 56, n. 48, 17 jul. 2018.

SANTOS, A. *IBM SPSS como Ferramenta de Pesquisa Quantitativa. Programa de estudos pós-graduados em administração*. Pontificia Universidade Católica de Sao Paulo (PUC-SP). Sao Paulo, 2018.

SANTOS, A.B. *Formas de Amostragem*. 2022. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Departamentos/CiencCompEstatistica/Adriana/formas-de-amostragem.pdf>. Acesso em 25 out. 2022

SANTOS, M.S.S; CRUZ, D.D.. *Percepção Ambiental quanto aos Serviços Ecossistêmicos prestados pelo Parque Zoológico Arruda Câmara, João Pessoa-PB*. 2015. Disponível em < <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/revnebio/article/view/46192/31327>>. Acesso em 08 jun. 2022

SANTOS, P.L.R, SANTANA, D.H.C., DELVIZIO, I.A. *Dicionário Trilíngue De Turismo: Levantamento E Definição Das Atividades Recreativas Aquáticas*. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 10º, 2016, Foz do Iguaçu. Anais Eletrônicos

SAVIAN, T.C. LCE2112 – *Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Ambientais*. 2019.

Disponível em

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4906052/mod_resource/content/1/Aula02.pdf>. Acesso em 13 jul. 2022.

SCHWARTZ, G. M. et al. Estratégia de participação da mulher nos esportes de aventura. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 156-162, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbce/v38n2/0101-3289-rbce-38-02-0156.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, A. M. DA, PAES, L. W. C., MARTINAZZO, A. P., DE SOUZA, P. P., MARTINS, F. A. C. B. *Plantas medicinais como recurso terapêutico nos bairros Siderópolis e Santa Rita do Zarur em Volta Redonda/RJ / Brazilian. Journal of Development*, v. 7, n. 2, p. 11997–12014, 2021.

SILVA, E.F.; PERINI, R.L.; GUERREIRO, K.M.S. *O comportamento de consumo e a consciência ecológica do consumidor final de Caxias do Sul: Uma análise da contribuição destes fatores para o avanço da economia circular*. 2019. Disponível em: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/rpsic/article/view/3918/3234>. Acesso em 10 mai. 2021

SILVA, G.G.L. *Classificação do grau de dificuldade de trilhas: uso de geotecnologias na elaboração de um modelo aplicado ao Parque Nacional do Itatiaia, Brasil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento do Turismo) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, M.M. et al. *A perspectiva responsável do Marketing e o Consumo Consciente: Uma interação necessária entre a empresa e o consumidor*. 2019. Disponível em < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/issue/view/223>> Acesso em: 02 mai. de 2021.

SILVA, M.S.; CIPOLAT, C. *Pegada Ecológica: uma análise dos colaboradores e familiares do Supermercado Selau em Santana do Livramento – RS*. 2016. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/1865/1/Manoela%20Selau%20Silva.pdf>. Acesso em 02 mai. 2021.

Silva et al. *Espaços públicos de lazer: distribuição, qualidade e adequação à prática de atividade física*. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*. 2015;20(1):82. DOI: <http://dx.doi.org/10.12820/rbafs.v.20n1p82>.

SILVA, M.M. et al. *Trilha Ecológica como Prática de Educação Ambiental*. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, v.5, n. 5, p. 705-719, 2012b. Disponível em < <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/4156/2800>> Acesso em: 03 de maio de 2021.

Silva, T.E.; Crispim, M.C.; Andrade, M.O.; Regala, P.S. Ecoturismo e Educação Ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 14, n.3, ago-out 2021, pp. 368-390.

SOUZA, I.A; GREGÓRIO, J.S.; SOUZA, B.A.; RESENDE, T.R.P.S. *Trilha interpretativa: Um instrumento de sensibilização no desenvolvimento da educação*. *Itinerarius Reflectionis*, v. 15, n. 2, p. 01-19, 2019.

SOUZA, R. G. et al. *A influência da prática da atividade Física ao ar livre no desenvolvimento social de Capitais do nordeste*. *Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde-UNIT*. 2017;4(1):77. Disponível

em:<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernobiologicas/article/view/3647>.

SPC. *Análise Consumo Consciente*. 2015. Disponível em:

https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_consumo_consciente_junho_2015.pdf. Acesso em 10 dez. 2022

SPINK, M.; ARAGAKI, S. S.; ALVES, M. P. *Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura*. Psicologia: reflexão e crítica, v. 18, n. 1, p. 26-38, 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n1/24814.pdf>> Acesso em 05 mai. 2022.

SZEREMETA, B.; ZANNIN, P.H.T. *A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades*. RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise. 2013;29:177-193. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30747>.

TADEU, S.A.; BREYER, L.; SOARES, T.G. *Consumo e meio ambiente: reflexões em torno de uma teoria compreensiva*. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/9309>. Acesso em 16 nov.2021.

TAHARA, A. K.; CARNICELLI FILHO, S. Atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) e academias de ginástica: motivos de aderência e benefícios advindos da prática. Movimento, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 187-208, jul./set. 2009. Disponível em:<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/4917>. Acesso em: 07 mai 2022.

TAVARES, F., FERREIRA, G.G.T. 2012. *Marketing verde: um olhar sobre as tensões entre greenwashing e ecopropaganda na construção do apelo ecológico na comunicação publicitária*. Disponível em <

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18725/9948>> Acesso em: 01 de maio de 2021

TELES, P. A. *Percepção ambiental como ferramenta diagnóstica para o processo de integração entre uma unidade de conservação e a comunidade do entorno*. 2015. Dissertação (Mestrado – Pós Graduação em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

THANH, N., MATSUI, Y., FUJIWARA, T. *Assessment of plastic waste generation and its potential recycling of household solid waste in Can tho City*. Environmental Monitoring and Assessment, v. 175, p. 23-25, 2011.

THEISEN, T. *O que é comida liofilizada?* The North Face. 2018. Disponível em: <<https://blog.thenorthface.com.br/dicas/o-que-e-comida-liofilizada/>>. Acesso em 02 dez. 2021.

UNESCO. 2020. *O programa MAB*. Disponível em < <https://rbma.org.br/n/mab-unesco/o-programa/>>. Acesso em 13 ago. 2021.

VAYEGO, S.A. 2015. *Análise Bivariada (Bidenimensional)*. Disponível em https://docs.ufpr.br/~vayego/pedeefes/resumo_05.pdf. Acesso em 20 jun. 2022.

VIALI, L. 2016. *CAC (Coeficiente de Associação e Correlação)*. Disponível em < http://www.mat.ufrgs.br/~viali/estatistica/mat2282/material/laminas/Mat2282_CC.pdf>. Acesso em 19 jul. 2022

ZANIRATO, S.H.; ROTONDARO, T. *Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade*. Estudos avançados, v. 30, p. 77-92, 2016. Disponível em <
<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/124268>> Acesso 17 nov. 2021.

APÊNDICE 1

Olá, esse questionário faz parte da pesquisa denominada “Perfil e Percepção Ambiental de Praticantes de Trilhas e a Relação com Consumo Consciente” de responsabilidade do pesquisador Lucas Mesquita Fernandes. A pesquisa dura no máximo 10 minutos, tendo garantia do sigilo das respostas e impossibilidade de identificação do participante pelo pesquisador. Além disso, você poderá optar por não responder as perguntas que não se sentir confortável. Os resultados das pesquisa serão divulgados posteriormente na dissertação completa para o PGTA-UFF. Se você concorda em participar, clique em "concordo" e as perguntas ficarão disponíveis para você. Obrigado!

() Concordo

() Não Concordo

(1) Você pratica:

(a) Hiking – Trilhas de curta duração, realizadas em apenas um dia, conhecidas como “bate e volta”

(b) Trekking – Trilhas de longa duração, geralmente realizadas em mais de um dia, sendo necessário pernoitar

(c) Ambas

(d) Prefiro não responder

(2) Há quanto tempo você realiza trilhas?

(3) Considerando o nível de dificuldade das trilhas, em função de suas extensões (ida e a volta), você costuma realizar, qual(is) tipo(s):

(a) Leve – até 6 km

(b) Moderada – entre 6 a 24 km

(c) Pesada – entre 24 a 36 km

(d) Extra Pesada – mais de 36 km

(e) Prefiro não responder

(4) Qual a frequência que você realiza as trilhas?

(a) Semestralmente

(b) Mensalmente

(c) Quinzenalmente

(d) Semanalmente

(e) Não tenho frequência determinada

(f) Prefiro não responder

Outro:

(5) Dentre os itens abaixo, levados em trilhas, aponte três grupos que refletem mais o seu perfil:

(a) Fósforos, canivete, localizador, lanterna, apito, sinalizador e silver tape

(b) Câmera Fotográfica (GoPro, por exemplo)

(c) Embalagem para guardar restos de alimentos

- (d) Chapéu/Boné, óculos escuros, protetor solar, repelente contra insetos e manteiga de cacau
- (e) Remédios, kit primeiro socorros e material de higiene pessoal
- (f) Equipamentos de trabalho e, ou pesquisa (sacolas plásticas ou frascos para mudas, perneiras, por exemplo)
- (g) Calçados, roupas e acessórios especializados para atividades no meio natural (marcas específicas)
- (h) Roupas extras para fotos
- (i) Material de higiene pessoal
- (j) Sacolas para lixo (resíduos)
- (k) Prefiro não responder

(6) Quais alimentos você costuma levar durante as práticas de trilhas (podem ser selecionadas mais de uma opção):

- (a) Comida Liofilizada
 - (b) Oleaginosas (castanhas, amendoim, amêndoas)
 - (c) Frutas Secas
 - (d) Frutas e Legumes Frescos (consumo in natura)
 - (e) Alimentos básicos, legumes e proteínas para preparo (cozinhar no local)
 - (f) Marmita (alimento preparado em casa)
 - (g) Alimentos Industrializados (barra de cereais, salgadinhos, biscoito)
 - (h) Enlatados (sardinha, atum, ervilha, milho, azeitona)
 - (i) Embutidos (salames, presuntos)
 - (j) Chocolates
 - (k) Pães e Sanduíches
 - (l) Prefiro não responder
- Outro:

7) O quanto as opções abaixo o motivam a praticar hiking e/ou trekking?

Muito Moderado Pouco Indiferente

- Conhecer pessoas
- Lazer e distração
- Exercício físico
- Saúde mental
- Novas experiências
- Influência pela internet
- Influência de amigos
- Influência de guias e condutor
- Contato com meio natural desde a infância
- Conhecer pessoas
- Lazer e distração
- Exercício físico
- Saúde mental
- Novas experiências
- Influência pela internet
- Influência de amigos
- Influência de guias e condutor
- Contato com meio natural desde a infância

(8) Antes de iniciar as práticas em trilhas (hiking e/ou trekking), você já costumava ter outras

formas de contato com a natureza? (Podem ser selecionadas mais de uma opção)

- (a) Não costumava ter
- (b) Residência em meio rural
- (c) Contato com meio rural
- (d) Praias e cachoeiras
- (e) Escaladas
- (f) Escotismo
- (g) Parques
- (h) Prefiro não responder

Outro:

- (9) Durante as práticas de trilhas, qual(is) hábito(s) abaixo você costuma praticar?
- (a) Guardo meu resíduo até encontrar local próprio para descarte ou levo comigo até retornar das atividades
 - (b) Resíduos orgânicos ou resto de alimentos eu descarto na própria natureza como adubo
 - (c) Algumas vezes alimento animais, se perceber que estão com fome
 - (d) Levo equipamento de som para distrair/relaxar o grupo durante a prática
 - (e) Não ouço música durante as práticas
 - (f) Apago as fogueiras que acendo antes de me retirar do local
 - (g) As sementes dos alimentos eu costumo “enterrar” para ajudar com o plantio naquele ambiente
 - (h) Queimar os resíduos no local de maneira controlada
 - (i) Prefiro não responder
- Outro:

(10) O quanto as ações abaixo passaram a fazer parte da sua vida, DEPOIS que iniciou as práticas em trilhas (trekking e/ou hiking)?

Sempre Às vezes Nunca

Reduzir os resíduos descartados

Separar os resíduos recicláveis

Cultivar alimentos e plantas em casa

Realizar caminhadas e exercícios físicos

Consumir produtos de marcas que se preocupam com o meio ambiente e o bem estar animal

Não jogar lixo no chão

Desligar as luzes e os equipamentos

Retirar os rótulos de embalagens

Doação de produtos sem utilização

Evitar copos, pratos e talheres descartáveis

Comprar produtos feitos de materiais reciclados

Descartar corretamente pilhas, baterias e óleos

Tomar banhos com menos de 10 minutos

Comprar produtos orgânicos

Utilizar produtos até o seu fim de vida útil

Comprar apenas o que vou utilizar

Comprar comida de maneira planejada para que não haja desperdício

Reduzir os resíduos descartados

Separar os resíduos recicláveis

Cultivar alimentos e plantas em casa

Realizar caminhadas e exercícios físicos

Consumir produtos de marcas que se preocupam com o meio ambiente e o bem estar animal

Não jogar lixo no chão

Desligar as luzes e os equipamentos

Retirar os rótulos de embalagens

Doação de produtos sem utilização

Evitar copos, pratos e talheres descartáveis

Comprar produtos feitos de materiais reciclados

Descartar corretamente pilhas, baterias e óleos

Tomar banhos com menos de 10 minutos

Comprar produtos orgânicos

Utilizar produtos até o seu fim de vida útil

Comprar apenas o que vou utilizar

Comprar comida de maneira planejada para que não haja desperdício

(11) Contextualizando todas transformações que você experimentou, o quão preocupado (a) com o meio ambiente você se considera hoje?

- (a) Muito
- (b) Moderado
- (c) Pouco
- (d) Indiferente
- (e) Não consigo mensurar
- (f) Prefiro não responder

(12) Quando você escolhe equipamentos e roupas para as trilhas, qual(is) fator(es), costumam influenciar na escolha:

- (a) Marca do fabricante por questão de qualidade
- (b) Marca de fabricantes de produção sustentável
- (c) Preço do produto
- (d) Não compro roupas e equipamentos específicos para a atividade
- (e) Prefiro não responder

Outro:

13) Qual o meio de transporte mais utilizado no deslocamento para o trabalho?

Caso marque a opção "(h) Alternativo entre mais de um meio de transporte" inserir no campo "outros" quais os meios

- (a) A pé
- (b) Bicicleta
- (c) Moto
- (d) Transporte público
- (e) Carro próprio
- (f) Carona
- (g) Aplicativos de transporte
- (h) Alternativo entre mais de um meio de transporte
- (i) Prefiro não responder

Outro:

(14) Em que município e estado você reside

(15) Você tem conhecimento de algum problema ambiental que a sua cidade viva no momento? Caso positivo, cite-o(s)

(16) Qual a característica predominante do município que você vive?

- (a) Município com característica predominantemente urbana, com presença de indústrias ou não;
- (b) Apesar de ter elevada estrutura urbana, possui locais de proximidade com o meio natural, como parques, zoológicos, áreas de preservação;
- (c) Meu município é predominantemente rural, possuindo pontos de estrutura urbana;
- (d) Meu município é totalmente rural, sendo necessário se locomover para municípios vizinhos para ter acesso aos recursos urbanos
- (e) Prefiro não responder

(17) Ao escolher o local da sua residência, qual(is) característica(s) influenciaram na sua decisão?

- (a) A proximidade com centros comerciais da cidade
 - (b) Estar distante de centros comerciais da cidade
 - (c) Estar em área rural
 - (d) O valor do aluguel ou de compra do imóvel
 - (e) A proximidade com o local de trabalho
 - (f) A existência no imóvel de espaço para jardim e quintal
 - (g) A existência de áreas verdes e de lazer no entorno do imóvel
 - (h) Prefiro não responder
- Outro:

(18) Qual sua faixa etária?

- (a) 18 – 21 anos
- (b) 22 – 32 anos
- (c) 33 - 41 anos
- (d) 42 – 52 anos
- (e) 53 - 61 anos
- (f) Mais de 61 anos
- (g) Prefiro não responder

(19) Qual seu sexo?

- (a) Masculino
- (b) Feminino
- (c) Prefiro não dizer

(20) Qual seu estado civil?

- (a) Solteiro(a)
- (b) Casado(a)
- (c) Divorciado(a)
- (d) Viúvo(a)
- (e) Prefiro não responder

(21) Você possui filhos?

Caso marque a opção sim, indicar na opção "outros" a quantidade

- (a) Não
- (b) Sim
- (c) Prefiro não responder

Outro:

(22) Você possui animais de estimação?

Caso marque a opção "Sim", escreva qual(is) na opção "Outros"

- (a) Sim
- (b) Não
- (c) Não, mas pretendo ou gostaria
- (d) Prefiro não responder

Outro:

(23) Qual o seu nível de escolaridade

Caso marque ensino nível técnico ou ensino superior completo, escreva o curso no campo "Outros"

- (a) Fundamental Incompleto
- (b) Fundamental Completo (até 8ª série completa)
- (c) Ensino Médio Completo (segundo grau completo)
- (d) Ensino Nível Técnico. Qual curso?
- (e) Ensino Superior Completo. Qual curso?
- (g) Pós-graduação
- (h) Prefiro não responder

Outro:

(24) Qual a sua profissão?

(25) A renda mensal da sua família está entre:

- (a) R\$1.100,00 a R\$ 2.200,00
- (b) R\$2.200,00 a R\$4.400,00
- (c) R\$4.400,01 a R\$11.000,00
- (d) R\$11.000,01 a R\$22.000,00
- (e) Mais de R\$22.000,00
- (f) Prefiro não responder

APÊNDICE 2

Tabela 13. Associação entre a frequência de realização de ações sustentáveis e o tempo de prática de trilhas pelos participantes.

Ações	χ^2	C*	Associação
Não jogar lixo no chão	9,31 ^{n.s.}	0,22	Fraca
Desligar as luzes e os equipamentos	10,14 ^{n.s.}	0,23	Fraca
Utilizar produtos até o seu fim de vida útil	16,67 ^{n.s.}	0,29	Fraca
Comprar comida de maneira planejada para que não haja desperdício	8,70 ^{n.s.}	0,21	Fraca
Reduzir os resíduos descartados	11,41 ^{n.s.}	0,24	Fraca
Descartar corretamente pilhas, baterias e óleos	13,67 ^{n.s.}	0,27	Fraca
Comprar apenas o que vou utilizar	5,85 ^{n.s.}	0,18	Fraca
Separar os resíduos recicláveis	21,02*	0,33	Moderada
Evitar copos, pratos e talheres descartáveis	2,99 ^{n.s.}	0,13	Fraca
Doação de produtos sem utilização	5,60 ^{n.s.}	0,18	Fraca
Tomar banhos com menos de 10 minutos	14,33 ^{n.s.}	0,28	Fraca
Cultivar alimentos e plantas em casa	10,58 ^{n.s.}	0,24	Fraca
Consumir produtos de marcas que se preocupam com o meio ambiente e o bem-estar animal	14,65 ^{n.s.}	0,28	Fraca
Comprar produtos orgânicos	11,57 ^{n.s.}	0,25	Fraca
Comprar produtos feitos de materiais reciclados	6,20 ^{n.s.}	0,19	Fraca
Retirar os rótulos de embalagens	9,62 ^{n.s.}	0,24	Fraca

n.s. – não significativo, Aceita-se H_0 . * - significativo, Rejeita-se H_0 , ao nível de 5% de significância.
 χ^2 tabelado = 21,02.

Tabela 14. Associação entre a frequência de ações sustentáveis realizadas após o início das atividades em trilhas e o sexo dos respondentes.

Ações	χ^2	C*	Associação
Não jogar lixo no chão	5,39	0,19	Fraca
Desligar as luzes e os equipamentos	2,53	0,13	Fraca
Utilizar produtos até o seu fim de vida útil	2,80	0,14	Fraca
Comprar comida de maneira planejada para que não haja desperdício	2,38	0,13	Fraca
Reduzir os resíduos descartados	5,54	0,20	Fraca
Descartar corretamente pilhas, baterias e óleos	1,13	0,09	Fraca
Comprar apenas o que vou utilizar	5,60	0,20	Fraca
Separar os resíduos recicláveis	3,63	0,16	Fraca
Evitar copos, pratos e talheres descartáveis	8,75	0,30	Moderada
Doação de produtos sem utilização	3,17	0,15	Fraca
Tomar banhos com menos de 10 minutos	9,99	0,30	Moderada
Cultivar alimentos e plantas em casa	10,95	0,30	Moderada
Consumir produtos de marcas que se preocupam com o meio ambiente e o bem-estar animal	4,34	0,18	Fraca
Comprar produtos orgânicos	1,52	0,11	Fraca
Comprar produtos feitos de materiais reciclados	0,82	0,08	Fraca
Retirar os rótulos de embalagens	1,13	0,09	Fraca

n.s. – não significativo, Aceita-se H_0 . * - significativo, Rejeita-se H_0 , ao nível de 5% de significância.

χ^2 tabelado = 5,99.

Tabela 15. Associação entre a frequência de ações sustentáveis realizadas após o início das atividades em trilhas e a região de residência dos respondentes.

Ações	χ^2	C*	Associação
Não jogar lixo no chão	22,60	0,38	Moderada
Desligar as luzes e os equipamentos	5,01	0,19	Fraca
Utilizar produtos até o seu fim de vida útil	22,98	0,55	Moderada
Comprar comida de maneira planejada para que não haja desperdício	3,95	0,23	Fraca
Reduzir os resíduos descartados	3,59	0,16	Fraca
Descartar corretamente pilhas, baterias e óleos	8,99	0,25	Fraca
Comprar apenas o que vou utilizar	8,07	0,29	Fraca
Separar os resíduos recicláveis	10,32	0,30	Moderada
Evitar copos, pratos e talheres descartáveis	1,89	0,12	Fraca
Doação de produtos sem utilização	4,50	0,18	Fraca
Tomar banhos com menos de 10 minutos	7,58	0,23	Fraca
Cultivar alimentos e plantas em casa	3,08	0,15	Fraca
Consumir produtos de marcas que se preocupam com o meio ambiente e o bem-estar animal	2,95	0,15	Fraca
Comprar produtos orgânicos	11,03	0,30	Moderada
Comprar produtos feitos de materiais reciclados	9,02	0,26	Fraca
Retirar os rótulos de embalagens	3,32	0,16	Fraca

n.s. – não significativo, Aceita-se H_0 . * - significativo, Rejeita-se H_0 , ao nível de 5% de significância.
 χ^2 tabelado = 9,49.